

# RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO



2

0

1

4

O OGE é o principal instrumento de gestão, contendo a previsão das receitas e despesas públicas. O Relatório de Fundamentação constitui a introdução ao projecto de lei orçamental e contém a situação económico-financeira do País, evolução e previsão das receitas e despesas orçamentais e avaliação do financiamento do défice orçamental para o ano fiscal de 2014.

## ÍNDICE

ÍNDICE .....	1
ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS .....	2
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
<b>1 CONTEXTO ECONÓMICO MUNDIAL - EVOLUÇÃO RECENTE, SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 Produto e Inflação Mundial.....	7
1.1.1 Produto .....	7
1.1.2 Inflação .....	10
1.2 Comércio Mundial .....	11
1.3 Taxas de Juro.....	14
<b>2 DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA NACIONAL E SITUAÇÃO ACTUAL DAS FINANÇAS E DÍVIDA PÚBLICA .....</b>	<b>15</b>
2.1 Economia Nacional .....	15
2.1.1 Oferta .....	15
2.1.2 Preços.....	17
2.1.3 Sector Externo .....	18
2.1.4 Mercados Financeiros .....	19
2.2 Finanças Públicas .....	27
2.2.1 Dívida Pública .....	30
<b>3 OBJECTIVOS NACIONAIS.....</b>	<b>31</b>
3.1 Opções Estratégicas e Políticas de Estado .....	31
3.1.1 Política Macroeconómica (Estabilidade, Crescimento, Emprego).....	31
3.1.2 Política para o Sector Real da Economia.....	33
3.1.3 Políticas para o Sector Social .....	34
3.1.4 Política de Desenvolvimento Equilibrado do Território Nacional .....	35
3.2 Política de Defesa e Segurança Nacional.....	36
<b>4 PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO.....</b>	<b>37</b>
4.1 Abordagem metodológica .....	37
4.2 Enquadramento Institucional.....	39
4.2.1 Enquadramento Macroeconómico .....	39
4.2.2 Política e Medidas de Política Orçamental .....	41
4.2.3 Fluxos Globais do Orçamento Geral Do Estado 2014.....	43
4.2.4 Receitas e Despesa por Território .....	46
4.2.5 Orçamento-Programa .....	47
4.2.6 Despesas Funcionais .....	48
4.2.7 Fluxos de Origens e Aplicações de Recursos.....	49

## ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

### Gráficos

Gráfico 1: Taxa de crescimento da Economia Mundial .....	8
Gráfico 2: Desempenho da Economia Mundial (taxa de variação) .....	9
Gráfico 3: Taxa de Inflação Mundial .....	11
Gráfico 4: Taxa de crescimento do Comércio Internacional de Bens .....	12
Gráfico 5: Preço do petróleo bruto .....	13
Gráfico 6; Taxas de Juros .....	14
Gráfico 7: Evolução do PIB (taxas reais de crescimento, em %).....	16
Gráfico 8: Saldo da Conta Corrente .....	18
Gráfico 9: Evolução das Reservas .....	19
Gráfico 10: Venda de Divisas .....	20
Gráfico 11: Evolução da Taxa de Câmbio .....	20
Gráfico 12: Intervenções Líquidas no Mercado Primário (Emissões menos Resgates, mil milhões de Kwanzas) .....	22
Gráficos 13: Taxas de Juro - Bilhetes do Tesouro .....	22
Gráfico 14: Taxas de Juro - Obrigações do Tesouro .....	23
Gráfico 15: Operações de Política Monetária .....	23
Gráfico 16: Taxas de Juro de Referência do Kwanza .....	24
Gráfico 17: - Evolução da Luibor .....	24
Gráfico 18: Composição da Receita do OGE 2014 (mil milhões de Kz) .....	45
Gráfico 19: Composição da Despesa por função do OGE 2014 (mil milhões de Kz) .....	45
Gráfico 20: Política de Desenvolvimento Sectorial (Vista em Nº de Programas) .....	48
Gráfico 21: Composição Funcional da Despesa do OGE 2014 .....	49

## **Tabelas**

Tabela 1: Principais Economias: Cresc.PIB Real, Inflação e Desemprego (em %)	10
Tabela 2: Variação Anual dos Preços de Bens e dos Termos de Troca	13
Tabela 3: Taxas reais de crescimento do PIB (%)	16
Tabela 4: Variações do IPC (%)	17
Tabela 5: Agregados Monetários	25
Tabela 6: Meios de Pagamento	26
Tabela 7: Indicadores do Sector Fiscal	29
Tabela 8: Stock da Dívida Pública	31
Tabela 9: Pressupostos utilizados na elaboração do OGE	40
Tabela 10: Balanço Fiscal Macroeconómico 2012-2014	44
Tabela 11: Financiamento e Plano Anual de Endividamento – OGE 2014	50
Tabela 12: Fluxos de Origens e Aplicações dos Recursos (Mil milhões de Kz)	52

## **Fluxogramas**

Fluxograma 1: Síntese Histórica das Finanças Públicas	37
Fluxograma 2: Encadeamento lógico entre planeamento e orçamento	38

## **Ilustrações**

Ilustração 1: Estruturação do PND 2013-2017	38
Ilustração 2: Receita por província	46
Ilustração 3: Evolução da Despesa por província 2011 - 2014	47

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AEL	Activos Externos Líquidos
AIL	Activos Internos Líquidos
BCE	Banco Central Europeu
BNA	Banco Nacional de Angola
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BUE	Balcão Único do Empreendedor
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos 7 países mais industrializados: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá
GERI	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
Kz	Kwanzas
LIBOR	London Interbank Offered Rate
MINFIN	Ministério das Finanças
MPDT	Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
M2	Massa monetária
MINFIN	Ministério das Finanças
MPDT	Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMA	Operações de Mercado Aberto
OMC	Organização Mundial do Comércio
N.D.	Não disponível
PAGEC	Programa de Apoio às Grandes Empresas e Sua Inserção em <i>Clusters</i> Empresariais
PED	País em Desenvolvimento
PERT	Projecto Executivo para a Reforma Tributária
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público

PMA	Países Menos Avançados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROAPEN	Programas de Apoio ao Pequeno Negócio
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
USD	Dólares dos Estados Unidos da América
WEO	<i>World Economic Outlook</i>
WTI	West Texas Intermediate

## INTRODUÇÃO

1. O artigo 18.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho – Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) dispõe que a Proposta Orçamental compreende o Relatório de Fundamentação, que constitui a introdução ao projecto de lei orçamental e contém:

- a) A exposição circunstanciada sobre a situação económico-financeira do País;
- b) A evolução das receitas e despesas orçamentais realizadas nos dois últimos exercícios financeiros;
- c) A reestimação da receita prevista e execução provável da despesa fixada para o exercício em que a proposta é apresentada;
- d) A previsão da receita e despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta; e
- e) A avaliação do financiamento do défice orçamental, caso exista, no exercício a que se refere a proposta.

2. De modo a atender esse requisito legal, o presente Relatório de Fundamentação da proposta orçamental para o ano fiscal de 2014, inclui, para além desta Introdução, os seguintes capítulos:

- O **Capítulo 1.** (Contexto Económico Mundial – Evolução Recente, Situação Actual e Perspectivas) descreve como evoluiu a economia mundial nos últimos anos, a sua situação actual e as perspectivas, com destaque para o Produto e Inflação, o Comércio Mundial, incluindo os Termos de Troca e os Preços do Comércio Internacional, e as Taxas de Juro. A ideia básica é apresentar o contexto mundial em que se deu o desempenho da economia nacional e a perspectiva futura.
- O **Capítulo 2.** (Desempenho Recente da Economia Nacional e Situação Actual das Finanças Nacionais e Dívida Pública) apresenta o desempenho da economia e finanças nacionais nos anos de 2012, 2013 e a situação prospectiva de 2014, destacando-se o sector real da economia, o comportamento da inflação, o desempenho monetário, as finanças públicas e o sector externo.
- O **Capítulo 3.** (Objectivos Nacionais) releva os objectivos nacionais conforme definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e que determinaram a afectação dos recursos às diversas acções, como contido na proposta orçamental. Por outro lado, identifica as opções estratégicas feitas e as políticas a implementar em 2014 nos domínios macroeconómico, do sector real da economia, do desenvolvimento humano, do desenvolvimento territorial, da

defesa e segurança nacional, das relações exteriores, e da reforma do Estado, justiça, modernização administrativa e capacitação institucional.

- O **Capítulo 4.** (Proposta do Orçamento Geral do Estado) inicia efectuando uma abordagem metodológica, um enquadramento institucional e macroeconómico dos pressupostos usados para a elaboração do OGE 2014. Apresenta a quantificação do OGE, com a apresentação do Quadro Macroeconómico subjacente à proposta orçamental e a identificação dos riscos associados às premissas, a descrição da política orçamental a adoptar em 2014 e as correspondentes medidas, os valores consolidados da receita fiscal prevista, da despesa fixada, do saldo orçamental apurado e das operações de financiamento previstas. Encontram-se igualmente evidenciados nesse capítulo os fluxos de origens e aplicações de recursos, bem como as dotações de verbas aos órgãos do Estado, na óptica funcional, territorial e por programas.

3. Em obediência ao artigo 104.º da Constituição da República de Angola, a proposta orçamental que aqui se introduz tem subjacente o PND 2013-2017, assim como contém a estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado e fixa o limite de despesas autorizadas para todos os serviços centrais, institutos públicos, fundos autónomos e segurança social e órgãos locais, em respeito pelos princípios da unidade e da universalidade do OGE.

4. De igual modo, e em observância do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido no artigo 7.º da Lei do OGE, a proposta do OGE 2014 prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, nos quais se incluem os recursos do endividamento público – cujo limite líquido está nele fixado – mas excluindo qualquer recurso à criação monetária não permitido por lei.

## 1 CONTEXTO ECONÓMICO MUNDIAL - EVOLUÇÃO RECENTE, SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS

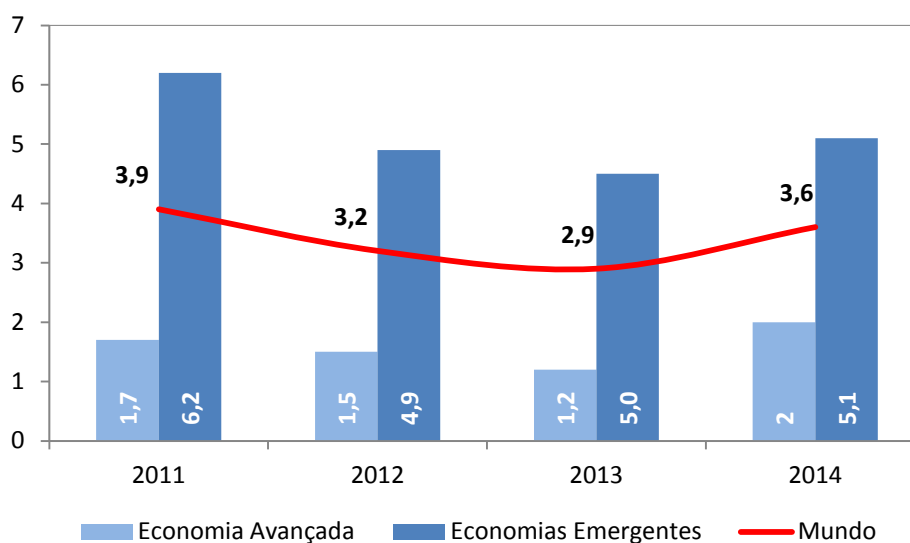
### 1.1 Produto e Inflação Mundial

#### 1.1.1 Produto

5. O World Economic Outlook(WEO) de Outubro de 2013 reviu em baixa a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) mundial para o ano em curso em menos 0,3 pontos percentuais face ao crescimento verificado no ano anterior na ordem de 3,2%. De facto, para o ano 2013 o crescimento mundial está estimado em 2,9% em consequência do abrandamento previsto para as economias emergentes e em desenvolvimento resultantes, causa problemas de capacidade, volatilidade dos preços das commodities, suporte político e abrandamento do crédito à economia.



Gráfico 1: Taxa de crescimento da Economia Mundial

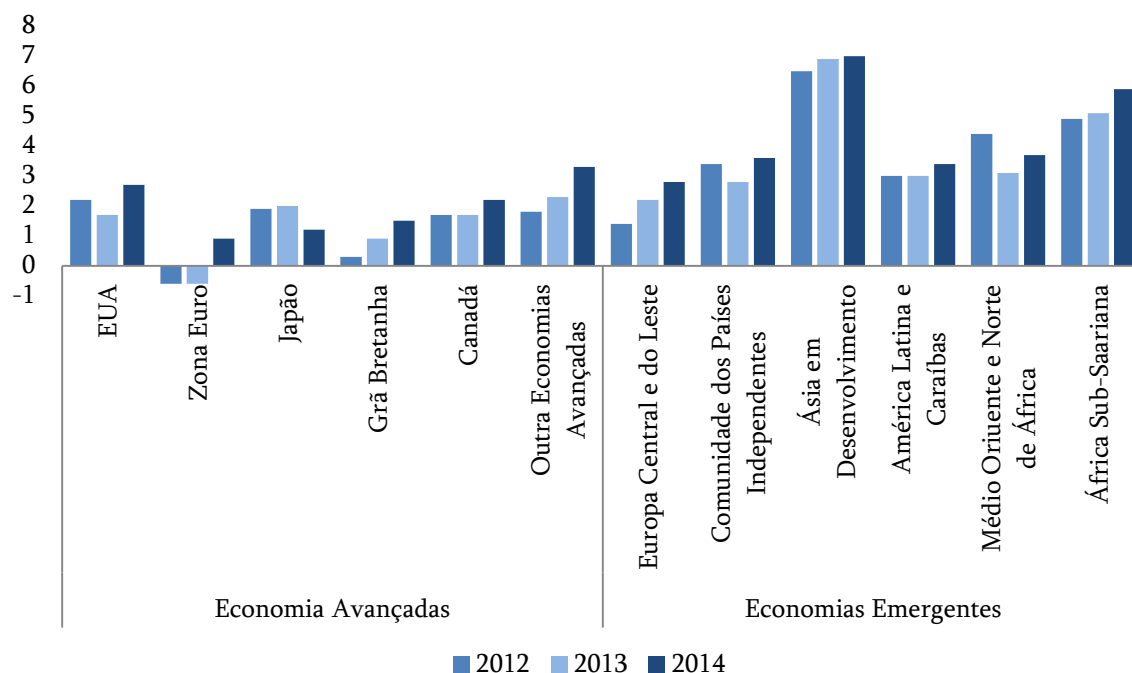


Fonte: WEO, Outubro 2013

6. De acordo com o mesmo relatório, as perspectivas actualizadas para o crescimento da economia mundial indicam um maior crescimento em 2014 na ordem dos 3,6%, porém sempre inferior às previsões para 2014 do WEO de Abril 2013 (4%) e Julho de 2013 (3,8%). Deste modo, para o ano de 2014, comparativamente à previsão para 2013 na ordem dos 2,9%, projecta-se uma expansão da actividade económica mundial, esperando que a produção económica mundial cresça, em termos reais, a uma taxa de 3,6% em consequência da aceleração no crescimento das economias avançadas (na ordem dos 2%), muito embora o crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento, projectado em 5,1%, seja mais modesto.

7. Entretanto, as dificuldades económicas nos países desenvolvidos também afectam os Países em Desenvolvimento (PEDs) e economias em transição através do enfraquecimento das exportações e o aumento da volatilidade dos fluxos de capital e dos preços das *commodities*. As grandes economias em desenvolvimento, no entanto, também se depararam com problemas internos e alguns países, incluindo a China, enfrentam um declínio no investimento, resultando em restrições de financiamento em alguns sectores da economia. A maioria dos países de baixa renda tem sido relativamente resistente à desaceleração económica nos países desenvolvidos e nos países de renda média. No entanto, começam cada vez mais a serem afectados pela intensificação do impacto negativo. As perspectivas para 2014 ainda mostram-se cheias de desafios, incertezas e riscos que podem abrandar o desempenho da economia mundial.

Gráfico 2: Desempenho da Economia Mundial (taxa de variação)



Fonte: WEO Outubro 2013.

8. A crise mundial de emprego continua. O desemprego permanece muito alto em todo o mundo, especialmente nos países desenvolvidos onde em média o desemprego atingiu os 8%, em 2012. A taxa de desemprego continua a subir, estando projectada em 8,1% para 2013 e, em especial a Europa, onde a situação é mais crítica. A taxa de desemprego projectada para 2013 atinge um pico de 12,3% **na Zona Euro**, um aumento de quase um ponto percentual em relação ao ano anterior (11,3%)<sup>1</sup>, estando previsto 12,2% para 2014.

9. A situação deteriorou-se, tal como na Grécia e Espanha, fazendo com que mais de ¼ da força de trabalho fique desempregada. Apenas alguns países, como a Áustria, Alemanha, Luxemburgo e Países Baixos, têm baixa taxa de desemprego em torno dos 5%. A taxa de desemprego na Europa Central e do Leste também aumentou ligeiramente em 2013, em parte como resultado da austeridade fiscal. No Japão, em 2013, estima-se que 4,2% da força de trabalho está desempregada (4,4% em 2012) e prevê-se um ligeiro agravamento da situação em 2014, onde se espera um ligeiro aumento da taxa de desemprego em 0,1 pontos percentuais. Por outro lado, muito embora as projecções de desemprego estejam dependentes da conclusão do Bureau of Economic Analysis sobre as Contas Nacionais do Produto e Rendimento, nos EUA os números previsionais do desemprego indicam uma queda da taxa de desemprego de

<sup>1</sup>WEO, Outubro 2013.

8,1%, em 2012, para 7,6%, em 2013, esperando-se que se mantenha em 7,4% em 2014.

Tabela 1: Principais Economias: Cresc. PIB Real, Inflação e Desemprego (em %)

	PIB pm			Inflação			Desemprego		
	Projeções			Projeções			Projeções		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
EUA	2,8	1,6	2,6	2,1	1,4	1,5	8,1	7,6	7,4
Zona Euro	-0,6	-0,4	1,0	2,5	1,5	1,5	11,4	12,3	12,2
Japão	2,0	2,0	1,2	0,0	0,0	2,9	4,4	4,2	4,3
Grã-Bretanha	0,2	1,4	1,9	2,8	2,7	2,3	8	7,7	7,5
Canadá	1,7	1,6	2,2	1,5	1,1	1,6	7,3	7,1	7,1
Outras Econ. Avan.	1,4	2,0	2,7	2,1	1,7	2,1	1,5	1	1,1

Fonte: WEO (Outubro 2013)

10. Para 2014, os líderes dos países desenvolvidos devem ter como uma de suas principais prioridades a criação de mais empregos sustentáveis a longo prazo. Muito embora se projecte melhores perspectivas de crescimento nos países desenvolvidos para 2014, se o crescimento económico nessas economias manter-se anémico, as taxas de emprego poderão vir a regressar ao seu nível pré-crise até bem depois de 2016.

11. O fraco desempenho da economia global e vulnerabilidade de emprego nos países em desenvolvimento impediu os esforços para reduzir a pobreza e reduzir o espaço fiscal necessário para investir em outras áreas críticas de educação, saúde e acelerar o progresso no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Este cenário é ainda mais crítico para os países menos avançados que são altamente vulneráveis a choques dos preços das *commodities* e recebem menos financiamento externo e de Ajudas Oficiais ao Desenvolvimento (AOD), devido às dificuldades e duras medidas de austeridade em países doadores.

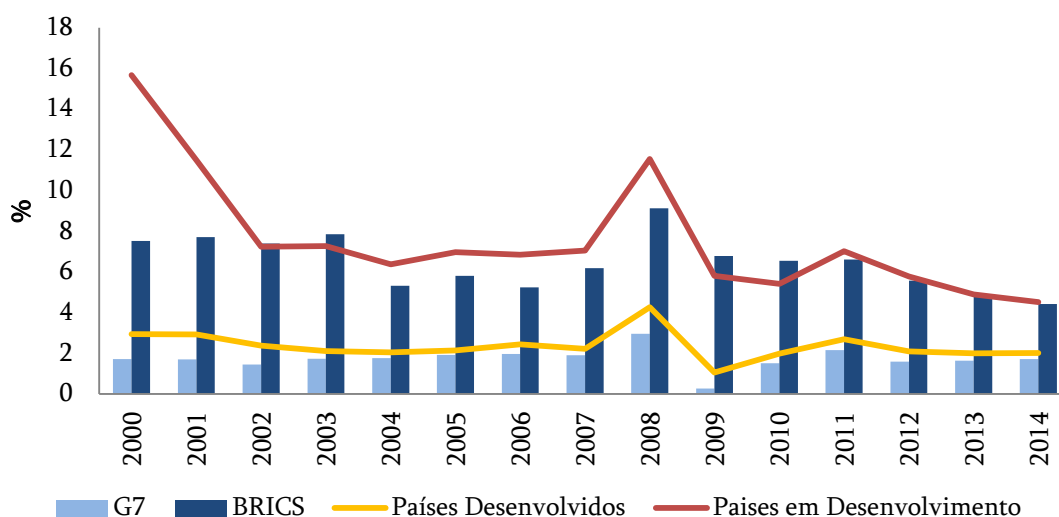
### 1.1.2 Inflação

12. As taxas de inflação são moderadas na maioria das economias desenvolvidas. As principais diferenças de produção e a pressão descendente sobre os salários em muitos países mantêm as expectativas de inflação num nível baixo. Nos Estados Unidos, espera-se que a inflação caia de 2,1% em 2012 e para 1,4% em 2013, projectando-se a sua manutenção em 2014 fixando-se em 1,5%. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na Zona Euro, a inflação deverá ter a mesma tendência de queda, porém com resultados mais acentuados, pois, depois dos 2,5% observados em 2012, espera-se que em 2013 e 2014 as taxas de inflação venham a fixar-se em 1,5% em ambos os anos. No Japão, o cenário mostra-se diferente; de

facto, depois dos níveis extremamente baixos na ordem dos 0% observados em 2012 e previsto para 2013, projecta-se, em 2014, um aquecimento da economia que levará a taxa de inflação, medida a partir do IPC, para 2,9%.

13. Na maioria dos países em desenvolvimento, a inflação caiu em 2012, mas permanece elevada em alguns países. Para 2013, o FMI prevê um ligeiro aumento da taxa de inflação para o conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, estimando, em seguida, uma queda em 2014 na ordem dos 5,7%. Em 2013, pode-se esperar um provável aumento nos preços mundiais de alimentos em consequência da seca em algumas regiões produtoras, dos elevados preços do petróleo e das restrições de fornecimento específicos de um país, exercendo assim pressão sobre a inflação, principalmente em países em desenvolvimento. Em África, na região Subsaariana, a inflação vem caindo em muitos países, cifrando-se em média nos 9%, em 2012, prevendo-se uma redução contínua e significativa em 2013 e 2014, onde projecta-se que venha a fixar-se em 6,9% e 6,3%, respectivamente. A inflação deverá manter-se moderada na Ásia, onde em 2012 registou uma taxa de 4,7%, prevendo-se numa subida de 0,3 pontos percentuais em 2013, fixando-se 5%, seguida de uma queda em 2014, onde atingirá os 4,7%. Importa aqui igualmente acompanhar a tendência nos blocos económicos que exercem uma influência considerável sobre a economia mundial: o G7 e os BRICS.

Gráfico 3: Taxa de Inflação Mundial



Fonte: FMI

## 1.2 Comércio Mundial

14. De acordo com a OMC, o crescimento do comércio mundial diminuiu pelo segundo ano consecutivo, de 13,8 por cento em 2010 para 5,4 por cento em 2011 e 2,3 por cento

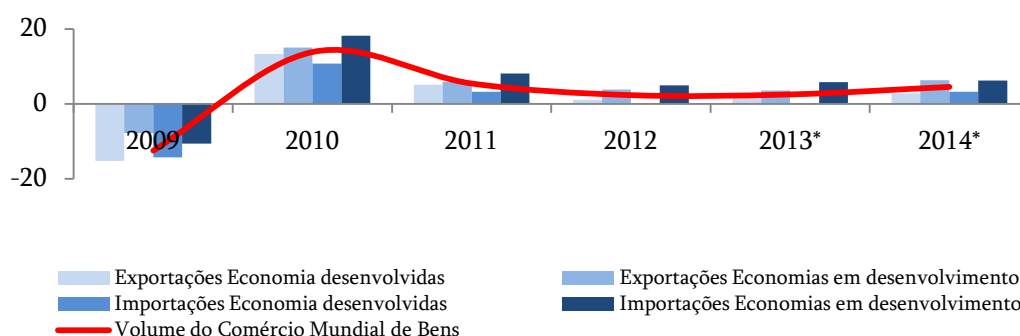
em 2012. O fraco crescimento da economia global, especialmente na Europa e outras economias desenvolvidas, é o principal factor por trás dessa desaceleração. No cenário de referência, o crescimento do comércio mundial vai retomar moderadamente em 2013 para 2,5 por cento e para 4,5 por cento em 2014. No entanto, os países em desenvolvimento são mais resistentes a uma maior desaceleração da economia global e sua importância no comércio internacional está a aumentar, em parte devido à sua maior integração em cadeias globais de valor.

15. Este crescimento do comércio mundial em 2013 e 2014 é tímido em relação ao previsto anteriormente (2013: 3,3% e 2014: 5,0%), porém nota-se que as condições para a melhoria do comércio internacional estão a ganhar gradualmente força. A demanda por importações nas economias em desenvolvimento está a recuperar, ainda que a um ritmo mais lento do que o esperado.

16. Apesar da desaceleração do comércio, causada principalmente por choques macroeconómicos adversos, há fortes indícios de que o proteccionismo continuará a desempenhar um papel preponderante, tomando novas e complexas formas, difíceis de se detectar, camufladas em barreiras não-tarifárias.

17. O Gráfico 4 resume as previsões comerciais anuais para 2013 e 2014. Do lado das exportações, espera-se um aumento de 1,5% para as economias desenvolvidas e um aumento de 3,6% para as economias em desenvolvimento. Em 2014, o comércio mundial deverá crescer 4,5%, com as exportações das economias desenvolvidas crescendo 2,8% e 6,3% em PEDs, aumentando. Em 2014, as importações de economias desenvolvidas deverão crescer 3,2%, enquanto as de economias em desenvolvimento deverão crescer 6,2%.

Gráfico 4: Taxa de crescimento do Comércio Internacional de Bens



Fonte: OMC

18. Conforme ilustrado na Tabela 2, em 2012 houve uma queda nos preços do petróleo bruto, assim como nos preços produtos primários não energéticos e produtos manufacturados. Esse facto, considerando o maior peso das economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento na exportação de produtos primários e

o das economias avançadas na exportação de produtos manufacturados determinou a melhoria dos termos de troca para os primeiros.

19. Os termos de troca, que mede os preços que um país recebe pelas suas exportações em comparação com o que paga pelas importações, registaram saldo positivo para os mercados emergentes e em desenvolvimento.

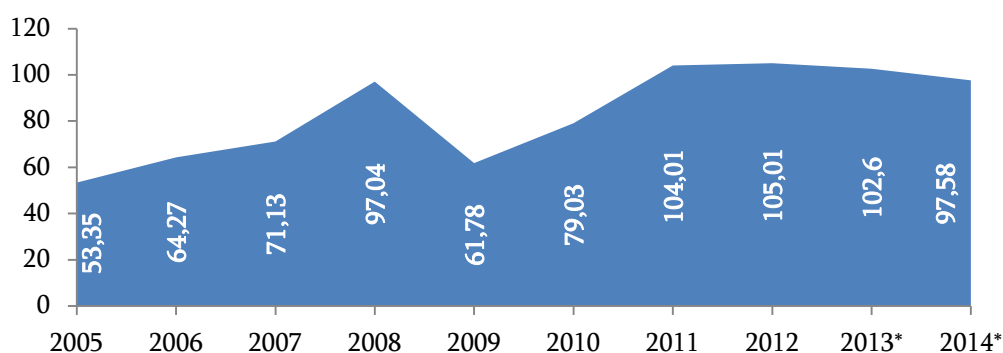
Tabela 2: Variação Anual dos Preços de Bens e dos Termos de Troca

	2011	2012	2013*	2014*
<b>Variação de Preços</b>				
Produtos manufacturados	6,6	-1	0,2	-0,1
Petróleo Bruto	31,6	1	-0,5	-3,0
Produtos primários não energéticos	17,9	-9,9	-1,5	-4,2
Alimentos	19,9	-2,2	0,6	-6,4
Bebidas	16,6	-18,6	-14,7	-3,2
Produtos primários agrícolas	22,7	-12,7	1,3	2,6
Metal	13,5	-16,8	-3,9	-4,6
<b>Variação dos Termos de Troca</b>				
Economias avançadas	-1,6	-0,7	0,0	-0,2
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	3,2	0,5	-0,5	-0,4

Fonte: WEO Outubro de 2013.

20. As projecções para 2013 e 2014 apontam para uma queda dos preços dos produtos primários não energéticos menos que a verificada em 2012, como consequência das perspectivas em altapara o crescimento das economias avançadas. Projecta-se que o preço do petróleo bruto também seja afectado por esta tendência, caindo -0,5 e -3 em 2013 e 2014, respectivamente.

Gráfico 5: Preço do petróleo bruto



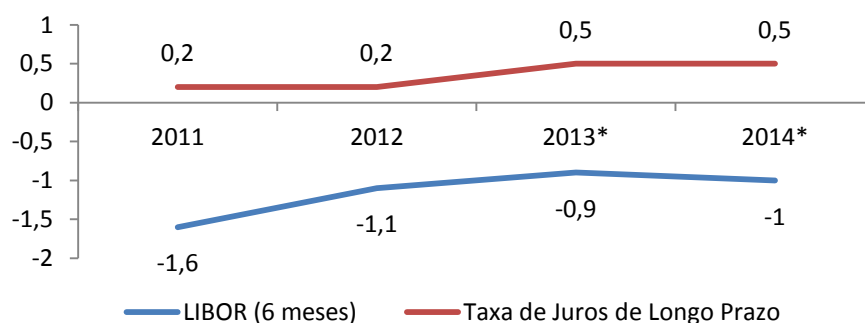
Fonte: FMI.

### 1.3 Taxas de Juro

21. No que diz respeito às taxas de juro, de acordo com o FMI, presume-se que o LIBOR, a depósitos de seis meses, em dólares dos Estados Unidos seja em média de 0,5 por cento em 2013 e 0,6 por cento em 2014, que os depósitos em euros a três meses girem à volta dos 0,2 por cento em 2013 e 0,4 por cento em 2014, e que os depósitos de ienes de seis meses serão média 0,2 por cento em 2013 e 2014.

22. As taxas de juros continuaram a obedecer a um comportamento estável, sendo que nas economias avançadas encontram-se próximas de zero. Destacam-se as taxas de juros na Zona Euro, cujo comportamento é decrescente, variando de 1% em 2011 a 0,5% em 2013, como resultado do significativo ajustamento fiscal realizado, em consequência, sobretudo, da decisão do Banco Central Europeu (BCE) de reduzir as taxas de juros devido à crise da dívida soberana nos países desta Zona. Por motivos similares, as taxas de juros dos EUA em 2012 eram da ordem dos 0,25%, como medida do Federal Reserve, de estimular o crescimento económico. Devido ao clima macro-fiscal, o prognóstico é que a tendência decrescente permaneça em 2013 e 2014.

Gráfico 6; Taxas de Juros



Fonte: FMI

## 2 DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA NACIONAL E SITUAÇÃO ACTUAL DAS FINANÇAS E DÍVIDA PÚBLICA

### 2.1 Economia Nacional

23. A trajectória do crescimento de médio prazo da economia angolana é desde 2013 consubstanciada pelo PND 2013-2017. Neste plano, a estratégia de estímulo e de sustentabilidade do crescimento prioriza o alargamento da base do crescimento económico do País e a correcção dos desequilíbrios ainda prevaletentes no sector real da economia de modo a reduzir a elevada dependência do sector petrolífero, através da consolidação e aprofundamento da diversificação da estrutura produtiva, mas também a valorização do mercado de trabalho, tanto pela via da criação de novos empregos no sector não-petrolífero como através do melhoramento da competitividade da força de trabalho angolana, recorrendo a uma maior promoção das capacidades do capital humano do País, sobretudo no actual contexto de crescente concorrência internacional de trabalho que assola o País e que tem importantes implicações a nível da distribuição primária do rendimento nacional.

24. Por outro lado, para além da promoção do desenvolvimento e uma maior inclusão do sector privado no processo de crescimento e desenvolvimento económico e social do País, através da introdução de melhorias a nível da estrutura do ambiente de negócios (Lei Nº 20/11, de 20 de Maio - do Investimento Privado), incremento do investimento privado de propriedade nacional (Regulamento da Lei 30/11, de 12 de Setembro, sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas) e Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), incluindo a implementação do Balcão Único do Empreendedor (BUE), a estratégia de estímulo do crescimento económico prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento visa também promover uma maior inserção da economia nacional no contexto económico internacional.

#### 2.1.1 Oferta

25. Nos últimos cinco anos, a economia angolana apresentou uma taxa de crescimento económico de 5,7%, tendo o sector não-petrolífero crescendo em média, em termos reais, a uma taxa de 9% e o sector petrolífero 0,6% ao ano.



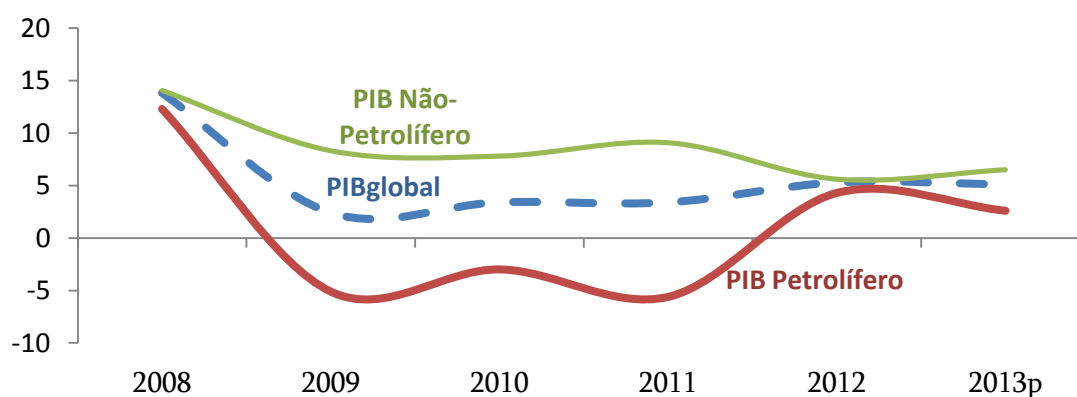
Tabela 3: Taxas reais de crescimento do PIB (%)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013p
<b>PIBpm</b>	<b>13,8</b>	<b>2,4</b>	<b>3,4</b>	<b>3,4</b>	<b>5,3</b>	<b>5,1</b>
<b>Sector petrolífero</b>	<b>12,3</b>	<b>-5,1</b>	<b>-3,0</b>	<b>-5,6</b>	<b>4,3</b>	<b>2,6</b>
<b>Sector não-Petrolífero</b>	<b>14,0</b>	<b>8,3</b>	<b>7,8</b>	<b>9,1</b>	<b>5,6</b>	<b>6,5</b>
Agricultura	1,9	29,0	6,0	11,4	-22,5	8,6
Pescas e derivados	-2,4	-8,7	1,3	3,5	9,7	9,8
Diamantes e outros	-8,2	4,6	-10,3	-3,3	0,3	6,6
Indústria transformadora	11,0	5,3	10,7	3,8	6,5	8,0
Construção	25,6	23,8	16,1	6,8	7,5	7,6
Energia	26,1	21,3	10,9	15,0	23,9	22,4
Serviços mercantis	26,9	-1,4	8,7	12,3	10,0	5,4
Outros	1,9	5,9	4,7	8,2	8,3	5,0

Fonte: MINPLAN

26. Após a recuperação do ritmo de crescimento da actividade económica, atingindo a economia no ano de 2012 uma taxa de crescimento real de 5,3% contra os 2,4% verificados em 2009, o exercício mais recente de revisão da programação macroeconómica, apontapara um ligeiro abrandamento do PIB em 2013, prevendo-se uma expansão da produção interna na ordem dos 5,1%.

Gráfico 7: Evolução do PIB (taxas reais de crescimento, em %)



Fonte: MPDT

27. Muito embora se projecte uma aceleração do PIB não-petrolífero de 6,5% no ano em curso, incluindo para a maioria das suas diferentes componentes, conforme mostra o quadro acima, em especial do sector agrícola que regista uma recuperação significativa, o resultado de contracção da actividade económica global resulta do forte abrandamento previsto para o sector petrolífero que deverá crescer a uma taxa de 2,6% em 2013, contra os 4,3% observados no ano transacto.

## 2.1.2 Preços

28. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação anual verificada no mês de Agosto (inflação homóloga de Agosto) foi de 8,97%, registando-se com isto uma desaceleração do crescimento dos preços face ao mesmo período do ano anterior.

29. No primeiro trimestre de 2013, a taxa de inflação registou uma queda em relação ao IV trimestre de 2012, situando-se em 2,11% e mantendo-se neste nível no segundo trimestre do ano corrente. Para o III trimestre de 2013, as previsões do Banco Nacional de Angola (BNA), indicam uma queda da inflação acumulada para 1,91%.

Tabela 4: Variações do IPC (%)

	2009	2010	2011	2012	2013				
					I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim. proj. anual	
IPC Total	13,99	15,31	11,38	9,02	2,11	2,11	1,91	n.d.	9
Homóloga do IPC <sup>2</sup>	13,72	15,73	11,91	9,65			8,97		

Fonte: BNA, INE

30. Na perspectiva macroeconómica, muito embora a taxa de câmbio tem se mantido estável nos últimos anos, a inflação no País tem sido significativamente influenciada pelo comportamento desta variável cuja desvalorização induz aumento dos custos de importação.

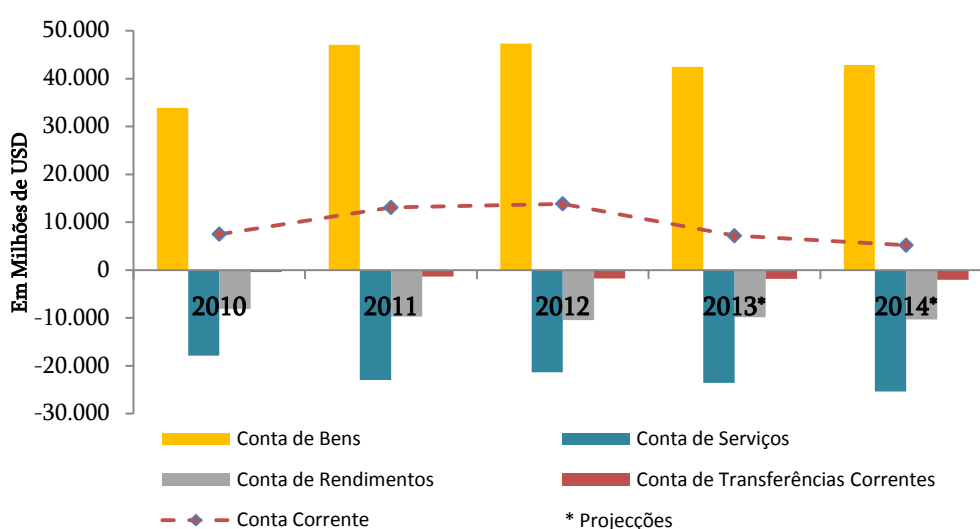
31. Na perspectiva microeconómica, os dados do INE, combinado com o Relatório de Inflação do BNA, onde se avaliam os efeitos das inter-relações entre sectores institucionais da economia sobre a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), apontam que a dinâmica da taxa de inflação no País tem sido amplamente influenciada pelo preço dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas, o que traduz a permanência dos constrangimentos estruturais ainda existentes a nível da cadeia logística do País revertidos em custos de transacção elevados com implicações sobre diversos segmentos do mercado de consumo nacional.

<sup>2</sup>Inflação Anual Observada em Agosto

### 2.1.3 Sector Externo

32. A capacidade de financiamento externo da economia angolana, medida pelo saldo da Conta Corrente, registou de 2010 a 2012 uma evolução continuamente ascendente, resultante da melhoria da situação económica nos mercados internacionais, em particular o das matérias-primas. Entretanto, estima-se que embora esta conta se mantenha superavitária nos dois anos seguintes, ela registará uma contracção na ordem dos 48,2 por cento em 2013 e de 27,5 por cento em 2014, consubstanciada na esperada quebra do preço de petróleo bruto e no agravamento das despesas correntes.

Gráfico 8: Saldo da Conta Corrente



Fonte: BNA

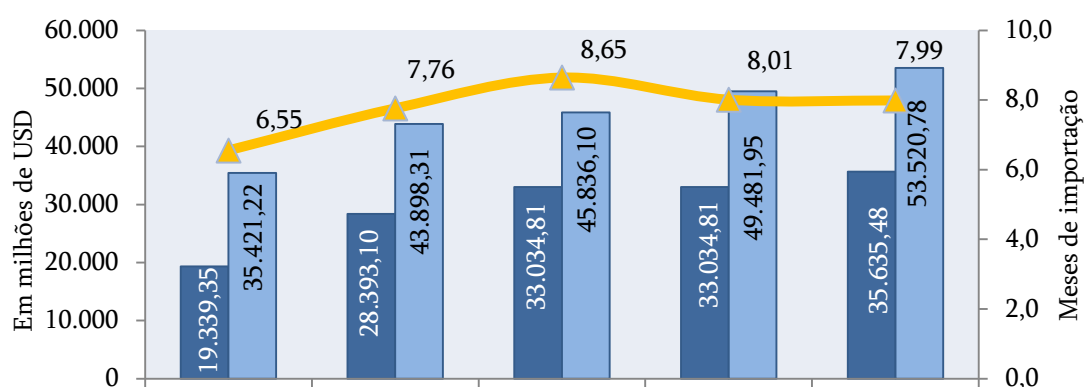
33. Observa-se que, à excepção da conta de bens, todas as demais sub-contas que compõem a conta corrente continuam a contribuir para a evolução desfavorável das contas externas, reflectindo a situação de desequilíbrio da estrutura de produção económica do País.

34. Assim, estima-se que em 2014 a conta corrente apresentará um excedente de USD 5,2 mil milhões, contra USD 7,3 mil milhões previstos para 2013. Este saldo, menos favorável à economia angolana, ocorrerá na sequência da tendência ascendente da dependência da economia angolana face ao exterior.

35. Em termos globais, estima-se que a balança de pagamentos venha a apresentar em 2014 um excedente no montante de USD 2,6 mil milhões, contra um saldo nulo previsto para 2013, devido à transferência de recursos para a capitalização do Fundo Soberano.

36. Esta evolução reflectir-se-á, ao nível financeiro, num aumento de activos líquidos do País face ao exterior, o que permitirá alcançar um saldo acumulado de reservas brutas da ordem dos USD 35,6 mil milhões em 2014, contra USD 33,0 mil milhões em 2013, o que permitirá cobrir 8 meses de importação de bens e serviços, como se pode observar no gráfico a seguir.

Gráfico 9: Evolução das Reservas



Fonte: BNA (Est – estimativa, p – previsão)

## 2.1.4 Mercados Financeiros

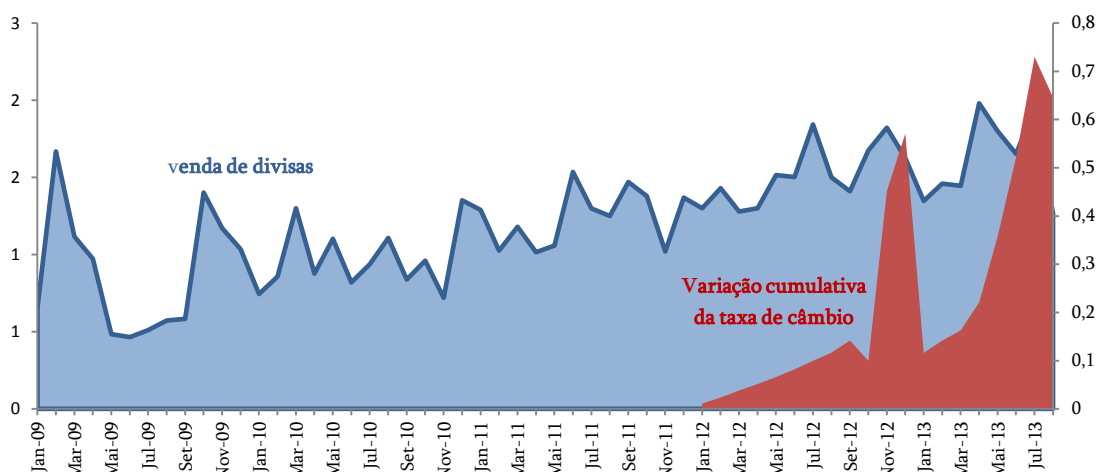
37. A implementação das políticas monetária e cambial, no decurso do ano 2013, têm visado não só a preservação do poder de compra, traduzida em níveis de inflação mais baixos e estáveis, como também de dar resposta às necessidades de liquidez externa do mercado. A nível operacional, a realização do objectivo do controlo da inflação tem sido concretizada através do acompanhamento, por parte do Banco Nacional de Angola, dos principais factores que influenciam a evolução da base monetária – em resposta às alterações monetárias internas e outras de enquadramento no relacionamento com o resto do mundo.

### 2.1.4.1 Mercado Cambial

38. Até Agosto de 2013, o BNA disponibilizou USD 12,9 mil milhões, mais de USD 1,2 milhões comparativamente ao nível de colocação realizada até o mesmo período

no ano de 2012. Em termos médios, as vendas aumentaram em cerca de USD 95,73 milhões entre 2012 e 2013. Com efeito, as transacções realizadas pelo Banco Central no mercado primário, por via das vendas de divisas por leilões, com o objectivo de dar resposta às necessidades de procura de divisa pelo mercado e de neutralizar parcialmente as consequências monetárias das intervenções da política orçamental, resultaram numa depreciação acumulada da taxa de câmbio, registada até Agosto de 2013, na ordem dos 0,65%, estabelecendo-se a taxa USD/AKZ em 96,4.

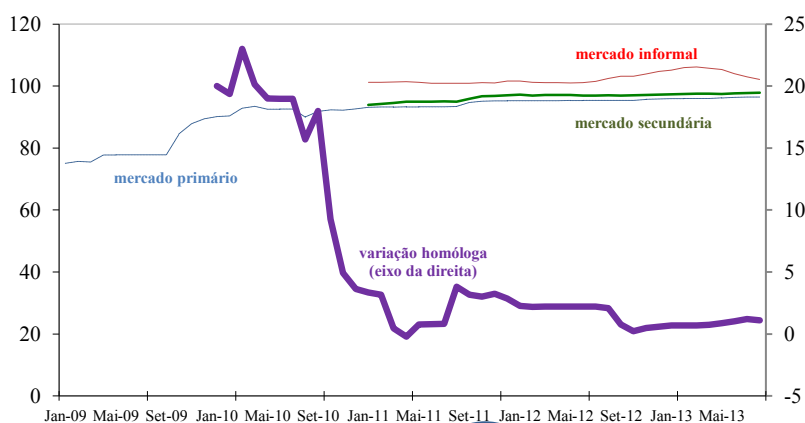
Gráfico 10: Venda de Divisas



Fonte: BNA

39. Por outro lado, de acordo com os dados do BNA, em termos anuais, a taxa de câmbio tem no decurso de 2013 registado uma ligeira depreciação. De facto, a variação homóloga registada no mês de Agosto indica para uma ligeira depreciação anual em cerca de 1,1%, conforme mostra o gráfico.

Gráfico 11: Evolução da Taxa de Câmbio



Fonte: BNA

40. Contrariamente ao que se observou no ano transacto, ao longo do ano de 2013, o *spread* cambial entre os mercados secundário e informal tem apresentado uma evolução de redução, muito embora em termos médios o diferencial cambial observado, entre Janeiro e Agosto de 2013, se tenha fixado em 7,1%, o que traduz o prevalecente excesso de procura de moeda estrangeira sobre a oferta oficial.

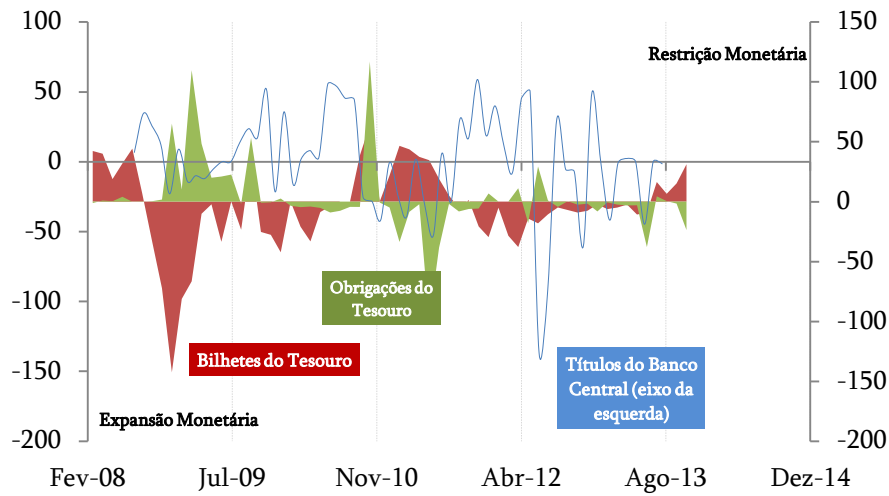
41. Enquanto o mercado secundário registou em Agosto de 2013 (face ao mês de Agosto de 2012) uma depreciação anual de 0,9% o mercado informal voltou a registar uma apreciação do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano na ordem de 0,39%. Em termos acumulados, até o mês de Agosto aqueles mercados apontaram a mesma evolução dos seus preços – a taxa de câmbio do mercado secundário registou uma depreciação acumulada de 0,57% e a taxa de câmbio do mercado informal assinalou uma apreciação acumulada na ordem dos 2,5%.

#### 2.1.4.2 Mercado Monetário

##### 2.1.4.2.1 Política Monetária e os Mercados Primário e Secundário

42. **Mercado Primário** - Até Agosto de 2013, com a excepção dos Bilhetes do Tesouro que entre Maio e Agosto registaram emissões líquidas significativas, o efeito cumulativo das intervenções da política monetária no mercado primário apresentaram um curso expansionista para todos os restantes títulos públicos, como se pode depreender do gráfico 12, devido às operações de resgates líquidos. A interrupção da emissão de Títulos do Banco Central, para efeitos de gestão de liquidez, criou condições para o aumento do crédito titulado ao Tesouro Nacional.

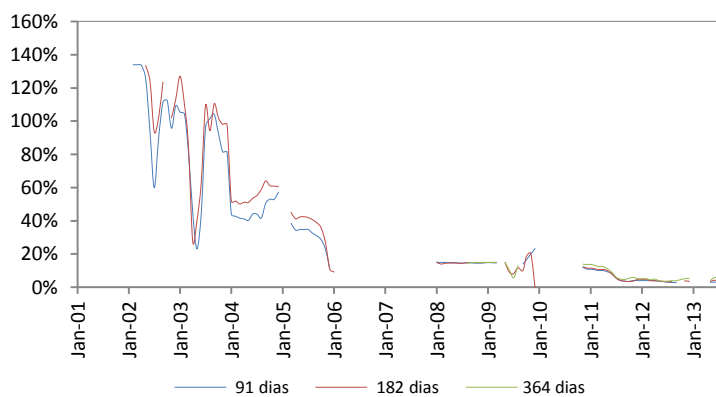
Gráfico 12: Intervenções Líquidas no Mercado Primário (Emissões menos Resgates, mil milhões de Kwanzas)



Fonte: BNA

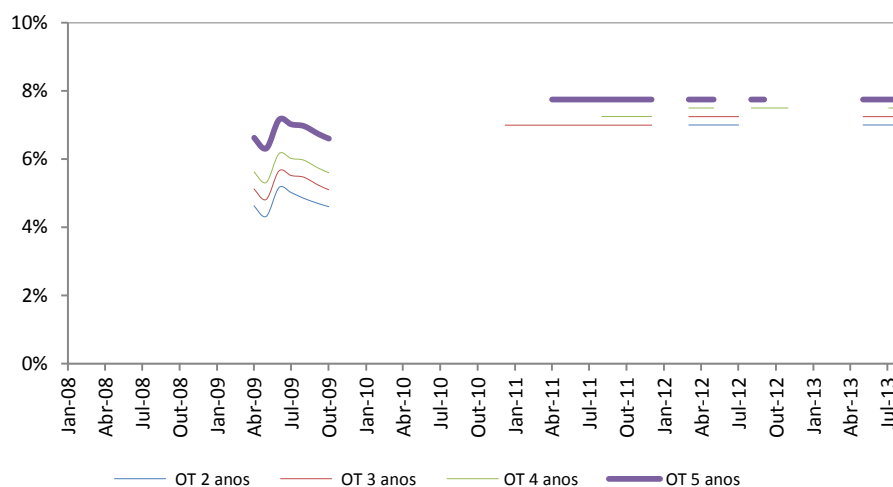
43. Com efeito, em termos gerais, as condições de financiamento do tesouro público verificaram uma ligeira melhoria – tal como mostra a tendência observada nos últimos anos (vide Gráficos 13 e 14). De facto, muito embora o mercado das Obrigações do Tesouro indexadas às flutuações cambiais, emitidas em Kwanzas, apresentaram a mesma tendência de 2011 – magnitudes de juros em torno dos 7% para todas as maturidades, o mercado dos Bilhetes do Tesouro assinalou entre Maio e Agosto de 2013 reduções ligeiras das taxas de juro em todas as maturidades, continuando a tendência de melhoria das condições de financiamento do tesouro público iniciada há alguns anos.

Gráficos 13: Taxas de Juro - Bilhetes do Tesouro



Fonte: BNA

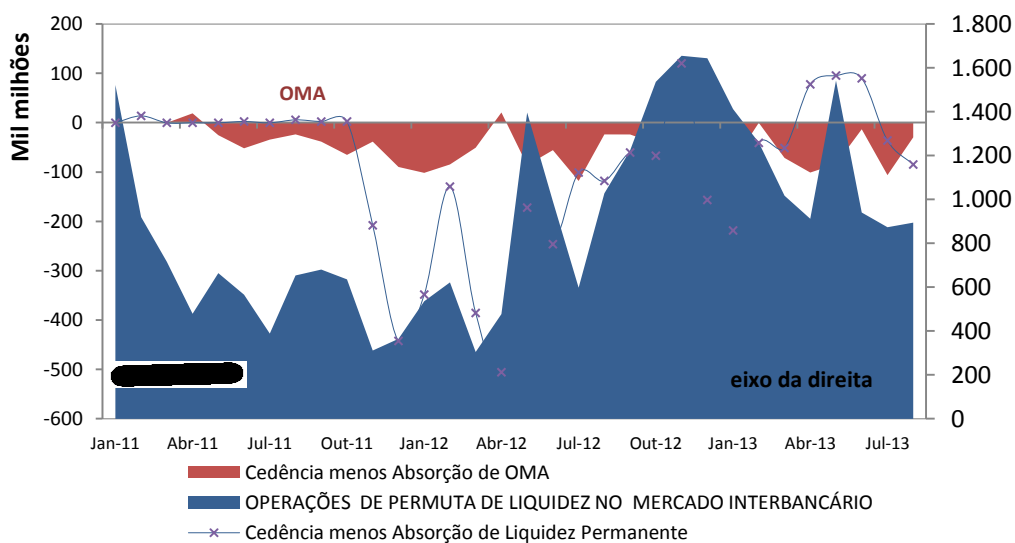
Gráfico 14: Taxas de Juro - Obrigações do Tesouro



Fonte: BNA

44. **Mercado Secundário** – as intervenções do Banco Central no mercado interbancário no sentido de influenciar as condições monetárias oferecidas pelo subsistema bancário ao público em geral, em particular a realização de taxas de juro de crédito em níveis mais baixos, e mesmo por razões de controlo da taxa de inflação, assumiram em geral um curso com efeito cumulativo de contracção monetária até o mês de Julho do ano de 2013, tendo em conta os instrumentos de gestão de liquidez cujas evoluções são assinaladas no gráfico 15.

Gráfico 15: Operações de Política Monetária

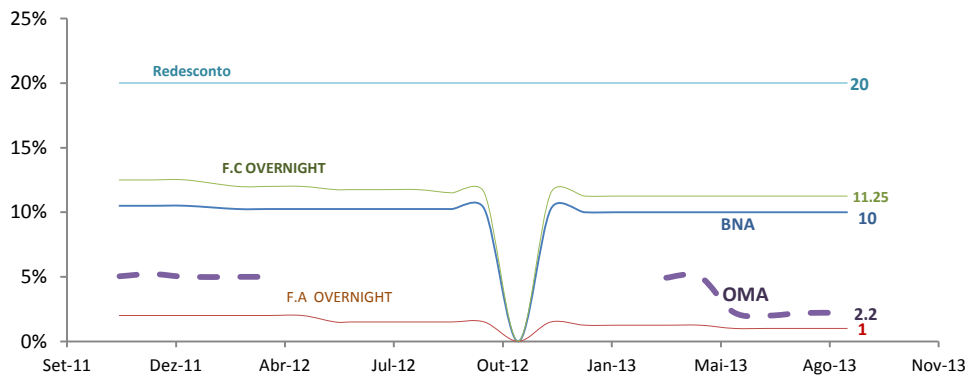


Fonte: BNA



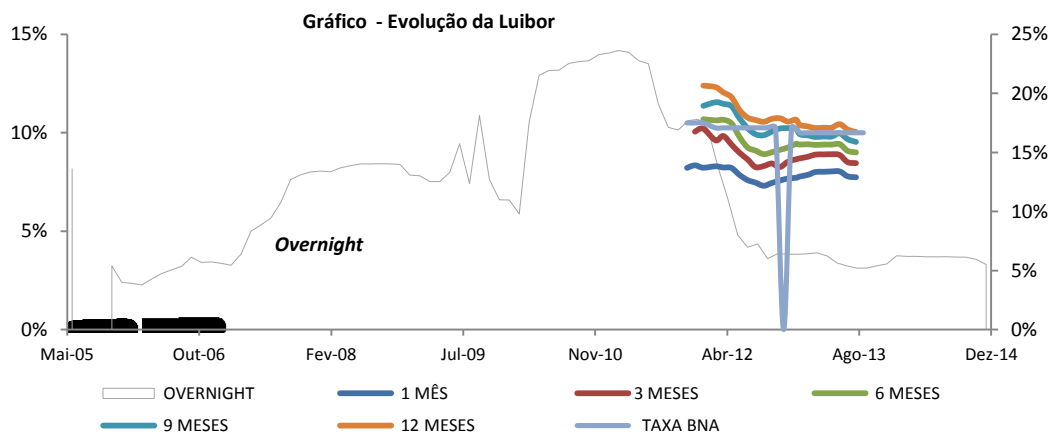
45. Em termos de preços, a taxa de redesconto reduziu de 20% para 11%, por decisão do Comité de Política Monetária, na sua vigésima sessão ordinária realizada no dia 20 de Julho de 2013. O mercado interbancário assinalou, até Agosto de 2013, quedas da LUIBOR, em todas as maturidades, como se pode observar no Gráfico 17. Esta evolução dos preços no mercado traduz-se consistente com a evolução de queda da taxa de inflação anual observada em Agosto para 8,97%. De facto, para além da diminuição da taxa de juro básica para 9,75% em Agosto, as taxas de juro dos empréstimos de liquidez a um dia (F.C. *Overnight*) concedidos pelo Banco Central ao subsistema bancário, de absorção de liquidez do mercado pelo Banco Central (F.A *Overnight*) e das Operações de Mercado Aberto (OMA) caíram para 11,25%, 1% e 2,2%, respectivamente.

Gráfico 16: Taxas de Juro de Referência do Kwanza



Fonte: BNA

Gráfico 17: - Evolução da Luibor



Fonte: BNA

### 2.1.4.2.2 Evolução Recente e Situação Monetária – Agregados e Meios de Pagamento

46. Agregados Monetários – no segundo trimestre de 2013, verifica-se que os Activos Externos Líquidos (AEL) cresceram ligeiramente acima do programado para o período, apresentando um valor executado de AKZ 3.590,06 Milhões em resultado do crescimento dos activos externos dos bancos comerciais. Os AIL tiveram uma performance diferente, tendo registado uma queda face ao trimestre anterior e situou-se em AKZ 555 mil milhões no segundo trimestre.

47. De sublinhar, que o Crédito ao Sector Privado cresceu, em termos trimestrais, 2,51%, contrariando a expectativa de contracção de 0,68% prevista no início do ano, tendo também o Crédito à Economia superado as expectativas de crescimento, que eram de 1,60%, mas se cifraram, efectivamente em 2,90%.

48. As reservas internacionais apresentaram no II trimestre uma expansão face aos níveis observados no I trimestre e no final de 2012, situando no segundo trimestre em USD 3201.975 mil milhões.

Tabela 5: Agregados Monetários

Situação Monetária (mil milhões de Kwanzas)	2013		
	II Trimestre	III Trimestre <sup>3</sup>	IV Trimestre <sup>4</sup>
<b>Activos externos líquidos</b>	3.509,54	3.590,06	3.801,92
Reservas internacionais líquidas	3.124,30	3.201,97	3.267,45
Mil Milhões de USD	32,44	33,25	33,93
<b>Activos internos líquidos</b>	555	539	827
Crédito interno líquido	1.840	1.964	2.524
Crédito ao Governo Central	-1.280	-1.123	-1.021
Crédito a Economia	2.753	2.791	3.171
<b>Meios de Pagamento M3</b>	<b>4.065</b>	<b>4.127</b>	<b>4.629</b>

Fonte: BNA

49. Para os III e IV trimestres de 2013, projecta-se um aumento do *stock* dos AEL para um total de AKZ 3.590,06 mil milhões e AKZ 3.801,92 mil milhões, respectivamente, apontando-se como causa, em particular, o aumento significativo dos depósitos dos bancos comerciais em moeda estrangeira devido à implementação da última fase da nova Lei do Regime Cambial das empresas petrolíferas. Em relação

<sup>3</sup> Projecção

<sup>4</sup> Idem

aos AIL, no final dos III e IV trimestres, projecta-se que o seu *stock* venha a situar-se em KZ 539 mil milhões e Kz 827 mil milhões, respectivamente, representando uma contracção trimestral de 3% e uma expansão de 53,5%. Esta última derivada da forte execução fiscal no último trimestre do ano.

50. Por outro lado, projecta-se um aumento na ordem de 2,8% no nível das reservas internacionais entre 2012 e o IV trimestre 2013, fixando-se o seu nível em USD 33,93 mil milhões (AKZ 3.267,45).

51. **Meios de Pagamento** – nos I e II trimestre de 2013, os agregados monetários M1, M2 e M3 em moeda nacional apresentaram uma contracção em relação aos níveis de 2012. Entretanto, no segundo trimestre o M3 apresentou uma variação positiva de 7,7% face ao trimestre anterior. No entanto, a rubrica Depósitos à Ordem em Moeda Estrangeira apresentou uma forte expansão no II trimestre, o que pode ser justificado pela antecipação das operações das empresas petrolíferas, decorrentes da introdução da nova Lei Cambial, em Julho de 2013.

Tabela 6: Meios de Pagamento

Meios de Pagamento (mil milhões de Kwanzas)	2012	2013		
		II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre
<b>Meios de Pagamento M3 (em MN)</b>	<b>3.876</b>	<b>4.065</b>	<b>4.127</b>	<b>4.629</b>
Meios de Pagamento M2	2.048	2.023	2.206	2.480
M2 em MN	3.799	1.984	2.162	2.431
Moeda M1	2.009	2.387	2.590	2.880
M1 em MN	1.286	1.225	1.365	1.572
Notas e moedas em poder do público	245	201	225	286
Depósitos a Ordem	1.970	2.186	2.364	2.594
Depósitos a ordem MN	1.041	1.024	1.139	1.286
Depósitos a ordem ME	929	1.162	1.225	1.308
Quase Moeda (QM)	1.584	1.604	1.753	1.802
Depósitos a prazo MN	724	759	797	859
Depósitos a prazo ME	861	845	956	943
Outros Instrumentos Financeiros	77	74	84	92
Outros Instrumentos Financeiros MN	39	39	45	49
Depósitos Totais	3.555	3.790	3.818	4.251
Depósitos MN	1.765	1.783	1.926	2.290
Depósitos ME	1.790	2.007	1.891	1.961

Fonte: BNA

52. **Meios de Pagamento** – relativamente à oferta monetária nos dois últimos trimestres do ano, projecta-se um crescimento o M3 na ordem dos 1,5% e 13,2%, nos III e IV trimestres, respectivamente, apresentando. Assim, uma expansão acumulada face ao nível de 2012 na ordem dos 20,4% até o final de 2013. Esta performance do M3 ficar-se-á a dever à expansão do M2 em termos amplos e em Moeda Nacional,

bem como à expansão de Outros Instrumentos Financeiros após terem estado estagnados ao longo do primeiro semestre de 2013.

## 2.2 Finanças Públicas

53. A intervenção da política orçamental na economia tem visado não só no sentido de influenciar a actividade económica no curto prazo, de modo a equilibrar as flutuações económicas da produção e desemprego em face dos seus níveis estruturais, mas também de assegurar uma trajectória estável e sustentável do crescimento económico do País, estando, por isto, o Executivo a dar uma grande atenção à acumulação de capital físico e humano.

54. Em 2012, os desenvolvimentos orçamentais caracterizaram-se por uma evolução da receita total na ordem dos 6% e da despesa total em 9%, tendo o saldo global, na óptica do compromisso, se fixado em 6,7% do PIB. Este desenvolvimento orçamental reflectiu-se a nível das contas financeiras, cujo efeito se traduziu na acumulação líquida de activos financeiros no montante de AKZ 1.013,6 mil milhões (9,3% do PIB).

55. Em 2013, o desenvolvimento da política orçamental tem sido marcado por um preço médio esperado do petróleo de USD 100,5/barril, acima do preço fiscal programado de USD 96/barril assumindo-se isto como uma estratégia preponderante para contenção de riscos adversos da volatilidade do preço daquela *commodity* nos mercados internacionais. De facto, até o primeiro semestre de 2013, assistiu-se à realização de uma política orçamental contraccionista, implicando uma acumulação líquida de activos financeiros a favor do Estado de USD 460,7 mil milhões – a Receita Total situou-se em AKZ 2.293,6 mil milhões, enquanto a Despesa Total fixou-se em AKZ 4.329,2 mil milhões implicando um Saldo Global (óptica do compromisso) de AKZ 479,1 mil milhões.

56. Para o segundo semestre, de acordo com a programação macro-fiscal, projecta-se uma expansão orçamental, estando as necessidades de financiamento estimadas em AKZ 448,6 mil milhões, prevendo-se, para além da utilização de recursos acumulados e consignados em períodos anteriores, intervenções da política orçamental nos mercados de Bilhetes e Obrigações de Tesouro para cobertura do défice semestral.

57. Em termos anuais, projecta-se para 2013 uma redução da Receita Total para AKZ 4.535,7 mil milhões (menos 7,9% do PIB face ao valor de 46,5% do PIB observado

em 2012), sendo que daquele total a Receita Petrolífera corresponderá AKZ 3.448,2 mil milhões (29,3% do PIB) enquanto a Receita Não-Petrolífera totaliza AKZ 1.087,5 mil milhões (9,24% do PIB).

58. Quanto à Despesa Total, comparativamente ao ano 2012, projecta-se em 2013 um aumento para AKZ 4.505,2 mil milhões, o que corresponde a 38,3% do PIB (menos 1,5 pontos percentuais que em 2012). Para esta evolução da Despesa contribuirá o crescimento em cerca de 6% da Despesa Corrente que muito embora deverá assinalar reduções para as suas componentes Juros e Transferências, registará subidas significativas pela importância relativa que têm, a nível das Despesas com Remunerações do Pessoal e compra de Bens e Serviços.

59. Com efeito, o Saldo Global na óptica de compromisso das contas públicas para 2013 uma contracção orçamental em face da queda que se projecta em cerca de 96% comparativamente ao ano transacto, fixando-se em AKZ 30,5 mil milhões, ou seja, 0,3% do PIB, o que se traduz numa redução de 6,4 pontos percentuais em relação a 2012. Tendo em conta a evolução dos atrasados que em 2013 se prevê que venha aumentar na ordem dos AKZ 18,3 mil milhões, equivalendo a 0,2% do PIB, estima-se uma queda do Saldo de Caixa, passando de AKZ 1.013,6 mil milhões, em 2012, para AKZ 12,1 mil milhões, isto é, 0,1% do PIB contra os 9,3% do PIB verificados em 2012.

Tabela 7: Indicadores do Sector Fiscal

Cód. PF	Descrição	Mil Milhões de Kwanzas					% PIB		
		2011	2012	2013			2011	2012	2013
				I Sem.	II Sem.	Anual			Anual
				Exec. prel	Previsto	Previsto			Previsto
1	Receitas	4.776,1	5.053,8	2.293,6	2.242,0	4.535,7	48,8	46,5	38,6
1.1	Impostos	4.527,7	4.825,9	2.222,8	2.141,8	4.364,7	0,0	44,4	37,1
1.1.1	Petrolíferos	3.817,1	4.102,7	1.791,7	1.656,5	3.448,2	39,0	37,7	29,3
1.1.2	Não petrolíferos	710,6	723,2	431,1	485,4	916,5	7,3	6,6	7,8
1.2	Contribuições sociais	89,8	106,6	27,6	44,7	72,4	0,9	1,0	0,6
1.3	Doações	2,4	1,6	0,5	1,1	1,6	0,0	0,0	0,0
1.4	Outras receitas	156,2	119,8	42,6	54,4	97,0	1,6	1,1	0,8
2	Despesa Total	3.773,8	4.329,2	1.814,6	2.690,6	4.505,2	38,6	39,8	38,3
2.1	Despesas correntes	2.928,4	3.184,7	1.456,9	1.911,3	3.368,2	29,9	29,3	28,6
2.1.1	Remuneração dos empregados	877,3	1.031,0	507,9	695,0	1.203,0	9,0	9,5	10,2
2.1.1.1	Vencimentos	825,8	973,9	477,6	655,7	1.133,3	8,4	9,0	9,6
2.1.1.2	Contribuições sociais	51,5	57,1	30,4	39,3	69,7	0,5	0,5	0,6
2.1.2	Bens e serviços	1.030,7	1.296,6	713,9	765,9	1.479,8	10,5	11,9	12,6
2.1.3	Juros	94,6	105,5	39,3	53,3	92,6	1,0	1,0	0,8
2.1.4	Transferências correntes	925,7	751,5	195,8	397,0	592,8	9,5	6,9	5,0
2.2	Aquisição de activos não financeiros	845,5	1.144,5	357,6	779,3	1.137,0	8,6	10,5	9,7
	Saldo corrente sem doações	1.845,4	1.867,0	836,2	329,7	1.165,9	18,9	17,2	9,9
	Saldo corrente	1.847,8	1.869,1	836,7	330,7	1.167,5	18,9	17,2	9,9
	Saldo global sem doações	999,9	722,5	478,5	-449,6	28,9	10,2	6,6	0,2
	Saldo global (compromisso)	1.002,3	724,6	479,1	-448,6	30,5	10,2	6,7	0,3
3	Variação de atrasados	150,4	289,0	-18,3	0,0	-18,3	1,5	2,7	-0,2
	Saldo global (caixa)	1.152,7	1.013,6	460,7	-448,6	12,1	11,8	9,3	0,1
4	Financiamento líquido	-1.152,7	-1.013,6	-460,7	448,6	-12,1	-11,8	-9,3	-0,1
4.1	Financiamento interno (líquido)	-1.203,5	-1.231,5	-478,5	141,6	-336,9	-12,3	-11,3	-2,9
4.1.1	Bancos	-825,5	-431,6	-349,4	-191,3	-540,7	-8,4	-4,0	-4,6
4.1.2	Outros	-378,0	-800,0	-129,1	332,9	203,8	-3,9	-7,4	1,7
4.2	Financiamento externo (líquido)	50,8	217,9	17,7	307,0	324,7	0,5	2,0	2,8
4.2.1	Activos		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
4.2.2	Passivos	50,8	217,9	17,7	307,0	324,7	0,5	2,0	2,8
	Saldo Primário Corrente Não Petrolífero		-2.128,0			-2.188,1		-19,6	-20,1
	Saldo Corrente Não Petrolífero		-2.233,6			-2.280,7		-20,5	-21,0
	Saldo Primário Não Petrolífero		-3.272,5			-3.325,1		-30,1	-30,6
	Saldo Não Petrolífero		-3.378,1			-3.417,7		-31,1	-31,4
	<b>Saldo Primário Não Petrolífero (% do PIB Não petrolífero)</b>		<b>-30,1</b>			<b>-28,3</b>			
<b>Memorando:</b>									
	Inflação (%)		9,0			9,0			
	Taxa de Câmbio Média (Kz /US \$)		95,40			96,30			
	Exportações Petrolíferas (milhões de Barris)		631,8			648,3			
	Preço Médio do Petróleo (USD/Barril)		111,6			100,5			
	Produto Nominal (Bilhões de KZ)		10.876,0			11.764,0			
	PIB Petrolífero		4.981,0			4.850,7			
	PIB Não Petrolífero		5.895,0			6.913,3			
	Taxa de Cresc. Produto Real (% chg)		5,2			5,1			

Fonte: MINFIN.

### 2.2.1 Dívida Pública

60. A sustentável e robusta recuperação nos níveis de receita da execução orçamental nos anos recentes permitiu a criação de condições para a conclusão da estratégia de regularização dos atrasos acumulados durante a crise de 2009 e com recurso a uma menor emissão de dívida nova.

61. A implementação da estratégia definida pelo Executivo no Plano Anual de Endividamento Público para 2012e 2013 permitiu assegurar as necessidades de antecipação de receitas, o financiamento do Programa de Investimento Público sem o agravamento dos custos inerentes às operações de crédito, à contratação de empréstimos externos e o resgate antecipado de títulos.

62. Por outro lado, o Executivo continuou a introduzir melhorias no programa de gestão do passivo do Estado, conferindo-lhe uma melhor distribuição dos prazos de vencimento através do alongamento das maturidades da dívida interna. Importa destacar que se deu início a emissão regular de instrumentos de médio prazo (Obrigações do Tesouro) mediante leilões semanais de títulos de 2, 3, 4 e 5 anos.

63. A nível da gestão da dívida externa, o Executivo continuou a implementar a estratégia de mobilização de linhas de crédito para assegurar o financiamento do programa de investimentos públicos, recorrendo primordialmente aos mecanismos de seguro de risco de crédito à exportação dos diversos parceiros bilaterais. Neste sentido, foram reforçados os acordos de crédito com parceiros bilaterais e comerciais estratégicos, o que permitiu alargar e diversificar as fontes de financiamento disponíveis para suportar o programa de investimentos públicos.

64. Adicionalmente, continuou-se a criar condições para abordar o mercado de capitais com o reforço da sedimentação do posicionamento estratégico de Angola nas principais praças financeiras internacionais. Neste quadrante, o Executivo privilegiou o relacionamento permanente com o mercado, tendo sido realizada a terceira revisão anual do *rating* soberano. A esse respeito, importa destacar que as agências de notação de risco internacionais Fitch Ratings (FITCH), em 03 de Maio de 2013, Standard & Poor's Rating Services (Standard & Poor's, em 30 de Agosto, e Moody's Investors Services (Moody's), em 29 de Agosto, decidiram unanimemente manter inalterada a notação do risco do crédito soberano de Angola, em relação ao ano transacto, em BB- com uma perspectiva positiva e estável na classificação da Fitch e da Standard & Poor's, respectivamente, enquanto a Moody's atribuiu a notação Ba3 com uma perspectiva positiva.

65. O nível do stock de endividamento público, ou seja, a dívida total, interna e externa, em 2012 cifrou-se no valor equivalente a 30,14% do PIB, nível que está em conformidade com os rácios de sustentabilidade adoptados internacionalmente.

66. Para além disso, a sua sustentabilidade é reforçada pela protecção automática contra riscos cambiais que decorre do facto de 82,15% da dívida estar denominada em dólares norte-americanos, moeda em que predomina as receitas do OGE, dado que 78% das receitas fiscais do país correspondem a obrigações fiscais arrecadadas em dólares dos sectores do petróleo e dos diamantes.

67. A estimativa para o total do *stock* da dívida pública até Agosto de 2013 é de US\$32,57 milhões, sendo US\$11.63 milhões correspondentes a Dívida Interna e US\$20.94 milhões a parte alocada a dívida Externa, perfazendo assim um rácio de 27% (Dívida Pública/PIB).

Tabela 8: Stock da Dívida Pública

Dívida Pública	Valor em USD	% do PIB prog. 2013
Dívida Interna	11.63	9.5
Dívida Externa	20.94	17.1
<b>Total</b>	<b>32.57</b>	<b>26.5</b>

Memo: PIB programado AKZ 11.764 mil milhões

Fonte: MINFIN

### 3 OBJECTIVOS NACIONAIS

68. O Orçamento Geral do Estado para 2014 assume os grandes Objectivos Nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (2013-2017):

- a) Preservação da unidade e coesão nacional.
- b) Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento.
- c) Melhoria da qualidade de vida.
- d) Inserção da juventude na vida activa.
- e) Desenvolvimento do sector privado.
- f) Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

#### 3.1 Opções Estratégicas e Políticas de Estado

##### 3.1.1 Política Macroeconómica (Estabilidade, Crescimento, Emprego)

69. O objectivo estratégico da política macroeconómica de Angola passa por criar as condições de estabilidade, eficácia e eficiência da economia, de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo. A redução da inflação de forma sustentada para níveis de um dígito, a obtenção de saldos orçamentais correntes positivos e saldos orçamentais globais (excluindo investimentos públicos de tipo estruturante) em



relação ao PIB, próximos do equilíbrio, a estabilidade cambial e o esvaziamento da função do mercado paralelo, bem como a reorganização do sistema financeiro encontram-se entre os seus objectivos específicos.

70. A implementação destas prioridades far-se-á com base nos seguintes Programas de Acção Fundamentais, norteados pelos seguintes objectivos:

- a) **Controlo da Inflação** - Assegurar a estabilidade dos preços, de forma a melhorar o nível de vida da população, propiciar um ambiente favorável a níveis elevados de actividade económica e, conseqüentemente, para um aumento do emprego.
- b) **Sustentabilidade das Contas Públicas** - Garantir a capacidade solvente do Estado e limitar os encargos para as gerações futuras.
- c) **Estabilidade Cambial** - Assegurar a estabilidade da taxa de câmbio, de forma a fomentar a produção nacional.
- d) **Regulação do Sector Financeiro** - Aumentar o crédito disponível para o financiamento do desenvolvimento da economia angolana.

71. Os desafios que se colocam à política fiscal angolana são grandes, nomeadamente para fazer face à reduzida capacidade de arrecadação de receitas e à incapacidade de alargar a base tributável, também pelo peso significativo que o sector informal tem na economia nacional.

72. O PERT, criado pelo Decreto Presidencial nº155/10, de 28 de Julho, já permitiu dar passos significativos no sentido de ultrapassar os constrangimentos existentes, através da optimização e modernização do sistema, do aparelho institucional e do quadro legal na área da tributação, para transformar a fiscalidade num instrumento fundamental e eficaz de desenvolvimento económico-social e de equidade na redistribuição do rendimento nacional. A implementação destas prioridades far-se-á, em 2014, de acordo com os seguintes programas de acção fundamentais, norteados pelos objectivos que abaixo se identificam:

- A. **Reforma do sistema tributário** - Criar um sistema tributário justo, simples, eficiente e eficaz na arrecadação.
- B. **Reforma da justiça tributária** - Assegurar o cumprimento dos deveres e a protecção integral efectiva dos direitos dos contribuintes.
- C. **Reforma da tributação internacional** - Reduzir a dupla tributação e a evasão fiscal.
- D. **Reforma da parafiscalidade** - Simplificar o sistema de taxas e outras receitas parafiscais, visando desonerar a actividade dos particulares e empresas.

### 3.1.2 Política para o Sector Real da Economia

73. As bases para a intensificação do processo de diversificação estrutural da economia estão a ser lançadas com programas e projectos estruturantes nos domínios da energia, águas, vias de comunicação, telecomunicações, etc. com a conclusão prevista para 2014 e pela criação de um ambiente macroeconómico favorável ao investimento privado no sector não petrolífero (graças a uma melhor coordenação entre as políticas fiscal, monetária e cambial) e uma política de crédito em particular, indutores do investimento privado. Para além da necessidade de dar continuidade a esse esforço, a efectivação do processo de diversificação resultará, também, da implementação de uma política de apoio ao desenvolvimento dos vários sectores da economia nacional, desenvolvimento que terá como consequência a criação de empregos.

74. Os objectivos nacionais da Política Promoção e Diversificação do Desenvolvimento Económico para 2013-2017 são os seguintes:

- a) Promover o crescimento equilibrado dos vários sectores de actividade económica, centrado no crescimento económico e na expansão das oportunidades de emprego;
- b) Valorizar os recursos naturais, possibilitando o alongamento das cadeias de valor e a construção de *clusters* e fileiras com base nos recursos endógenos.
- c) Aumentar a auto-suficiência do país, através da gradual substituição selectiva/competitiva das importações.

75. A implementação destas prioridades far-se-á com base nos seguintes Programas de Acção Fundamentais, norteados pelos objectivos que abaixo se identificam:

- **Programa de Diversificação da Produção Nacional** - Criação de uma base económica sólida e diversificada, que permita diminuir a dependência das importações de produtos de consumo e a elevada dependência das exportações do sector petrolífero.
- **Programa de Criação de Clusters Prioritários** - Desenvolver sectores que permitam criar vantagens comparativas dinâmicas capazes de sustentar o posicionamento de Angola nos segmentos de cadeias produtivas de maior valor acrescentado.
- **Programa Angola Investe** - Criação em Angola de um tecido empresarial nacional fortalecido, sobretudo ao nível das MPME, que seja gerador de emprego e de riqueza para os angolanos.

76. Além destes, outros programas incluem: (i) Programa de Promoção do empreendedorismo; (ii) Programa de Facilitação do Acesso ao Crédito; Programa de Apoio a Actividades Económicas Emergentes; (iii) Programa de Reconversão da Economia Informal; (iv) PAGED; (v) Programa de Deslocalização de Empresas para Angola; (vi) Consolidação do Sistema Nacional de Planeamento e a Modernização do Sistema Estatístico Nacional.

### 3.1.3 Políticas para o Sector Social

77. A implementação das prioridades neste domínio far-se-á, em 2014, de acordo com os seguintes Programas de Acção norteados pelos Objectivos que abaixo se identificam:

- A. **Actualização da Política de População** - Assegurar que a Política de Habitação incorpore os resultados do 1º Recenseamento Geral da População e Habitação;
- B. **Elaboração e Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos** - Elaborar e Implementar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos, abrangendo e integrando todos os níveis de formação-base e de qualificação, desde a alfabetização, educação e formação iniciais até à formação avançada, que responda às necessidades de desenvolvimento do País e melhore substancialmente a qualidade da educação-formação;
- C. **Valorização da Família e Melhoria das Suas Condições de Vida** - Criar as condições económicas, sociais, culturais e políticas para que a família possa desempenhar a sua função nuclear na sociedade, com respeito da sua identidade, unidade, autonomia e valores tradicionais;
- D. **Promoção da Igualdade de Género** - Promover para Homens e Mulheres, iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, social e política;
- E. **Valorização e Protecção Social do Idoso** - Proteger socialmente o idoso e valorizar o seu papel económico, social e cultural;
- F. **Protecção Integral dos Direitos da Criança** - Garantir a protecção integral dos direitos da criança, tendo em vista o desfrute pleno, efectivo e permanente dos princípios reconhecidos na legislação nacional e nos tratados internacionais de que o País é signatário, constituindo uma efectiva Agenda para a Defesa dos Direitos da Criança;
- G. **Integração dos Movimentos Migratórios na Política Nacional de População** - Integrar os movimentos migratórios internos e externos, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento e na Política Nacional de População;
- H. **Melhoria das Condições de Vida dos Ex-Militares e Suas Famílias** – Assegurar a melhoria das condições de vida dos ex-militares e suas famílias.
- I. **Promover o desenvolvimento humano e educacional** – com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos.
- J. **Promover de forma sustentada o estado sanitário da população angolana** – Assegurar a longevidade da população, apoiando os grupos mais desfavorecidos e contribuir para o combate a pobreza.
- K. **Promoção do acesso de todos os cidadão aos benefícios da cultura sem qualquer tipo de discriminação** – Tomar em linha de conta as aspiração dos diferentes segmentos da população, promovendo deste modo a liberdade de expressão e a

mais ampla participação dos cidadãos na vida cultural do país, o fortalecimento livre e harmonioso da sua personalidade e o respeito dos usos e costumes favoráveis ao desenvolvimento, o que contribuirá a consolidação da nossa identidade nacional, caracterizada pela diversidade cultural.

- L. **Promover a generalização da prática desportiva nas diferentes camadas da população** - Em particular os jovens e mulheres dando especial atenção ao desporto na escola.

78. Outros principais programas incluem: Actuação na Formação e Redistribuição do Rendimento; implementação, de forma integrada, dos Programas de Rendimento Mínimo e outras formas de Protecção Social; Programa de Alfabetização; Elaboração e Implementação da Estratégia Nacional de Formação de Quadros; Apoio à Criação de Emprego Produtivo; Modernização da Organização do Trabalho; Programa de Reabilitação de Ex-Militares Portadores de Deficiência; Inserção dos Jovens na Vida Activa e a Melhoria da Qualidade de Vida da Juventude; Programa Angola Jovem; Implantação do Sistema Nacional de Museus, Arquivos, Centros Culturais e Bibliotecas; Programa de Prestação de Cuidados Primários e Assistência Hospitalar e Programa de Gestão e Ampliação da Rede Hospitalar; programa de Expansão do Ensino Pré-Escolar, Programa de Desenvolvimento do Ensino Primário e Secundário e Programa de Melhoria do Sistema de Formação Técnico Profissional.

### 3.1.4 Política de Desenvolvimento Equilibrado do Território Nacional

79. A implementação destas prioridades far-se-á, em 2014, de acordo com os seguintes Programas de Acção Fundamentais, norteados pelos objectivos que abaixo também se identificam:

- A. **Estruturação do povoamento e ordenamento do território** - Promover o desenvolvimento harmónico do território, com base nas opções estratégicas do ordenamento do território, assegurando o respeito pelo meio ambiente natural, o património histórico e cultural do país e ordenar os impactos sobre o território nacional das actividades dos agentes públicos e privados.
- B. **Construção de uma rede integrada de transportes e comunicações** - Integrar o território nacional, favorecendo a circulação das populações e dos bens e serviços produzidos e valorizando a posição geo-estratégica de Angola.
- C. Modernização das Capitais de Província.

80. A estratégia de desenvolvimento do território nacional procura combater os desequilíbrios territoriais existentes no País, através do desenvolvimento de uma rede de polos de desenvolvimento, polos de equilíbrio, plataformas de internacionalização e eixos de desenvolvimento, consolidados e potenciais, tendo em consideração os clusters considerados prioritários (alimentação e agro-indústria, energia e água, habitação e transportes e logística).

## 3.2 Política de Defesa e Segurança Nacional

81. A implementação destas prioridades far-se-á com base nos seguintes Programas de Acção Fundamentais, norteados pelos objectivos que abaixo se identificam:

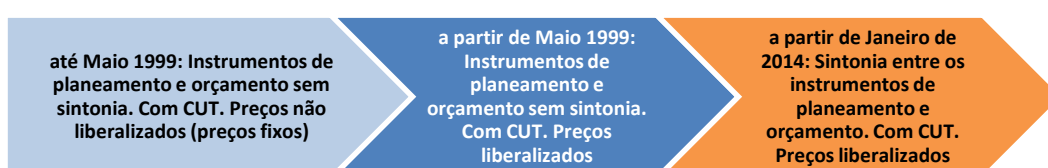
- A. **Melhoria da Qualidade e das Capacidades Técnica, Operacional, Logística e Infraestrutural das Forças Armadas** - Melhorar a Eficiência e a Capacidade Técnica e Operacional das Forças Armadas.
- B. **Qualificação Técnica e Profissional dos Recursos Humanos das Forças de Segurança** - Elevar a Capacidade Técnica e Profissional dos Efectivos das Forças Armadas e Melhoria das suas Condições de Vida.
- C. **Revisão da Legislação Fundamental sobre Defesa Nacional e Forças Armadas** - Actualizar e Modernizar o Enquadramento Legal e Regulamentar da Defesa Nacional e das Forças Armadas.
- D. **Revisão da Legislação Fundamental sobre Segurança e Ordem Interna** - Actualizar e Modernizar o Enquadramento Legal e Regulamentar sobre Segurança e Ordem Interna.
- E. **Garantia da Segurança Pública e da Integridade e Controlo das Fronteiras Nacionais e Combate à Criminalidade** - Garantir a Segurança e Ordem Interna e Combater a Criminalidade.

## 4 PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

### 4.1 Abordagem metodológica

82. Com a adopção do PND para o quinquénio 2013-2017, entra na história das finanças públicas de Angola uma nova etapa que se inicia em 2014 e está virada para uma nova metodologia que é a do orçamento por programa.

Fluxograma 1: Síntese Histórica das Finanças Públicas



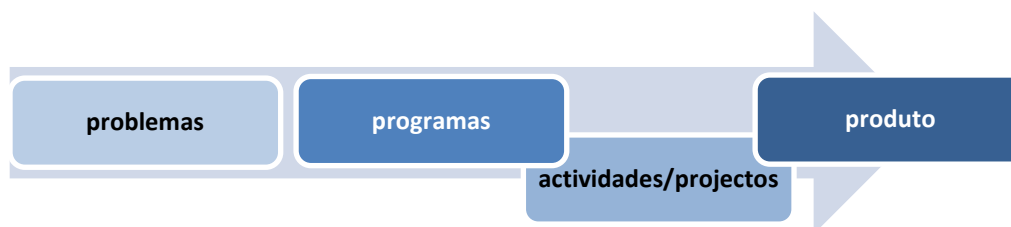
83. A Metodologia de Elaboração do OGE-2014 publicada pelo Ministério das Finanças em Maio de 2013, resguarda que o orçamento por programa tem por objectivo:

- a) Estruturar as despesas em programas, assegurando o melhor equilíbrio entre custo, qualidade e prazo;
- b) Assegurar o alinhamento dos programas com os objectivos gerais e áreas estratégicas do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017;
- c) Proporcionar a afectação de recursos nos orçamentos anuais de modo compatível com os objectivos estabelecidos no Plano Nacional de Desenvolvimento e no Cenário Fiscal de Médio Prazo;
- d) Melhorar o desempenho na gestão da administração pública, tendo como elemento básico a definição de responsabilidade por custos e resultados de cada programa;
- e) Criar condições para a melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos;
- f) Oferecer elementos para que as acções de controlo interno e externo possam relacionar a execução física e financeira dos programas aos resultados da actuação do Executivo; e
- g) Dar maior transparência à aplicação de recursos públicos e aos resultados obtidos.

84. Portanto, a orçamentação por programa estabelecida para 2014, visa melhorar os padrões de eficácia e eficiência da despesa pública através de uma gestão físico-financeira baseada em resultados. Neste sentido, metodologicamente, foram estabelecidas também novos procedimentos para suportar a elaboração do orçamento de 2014.

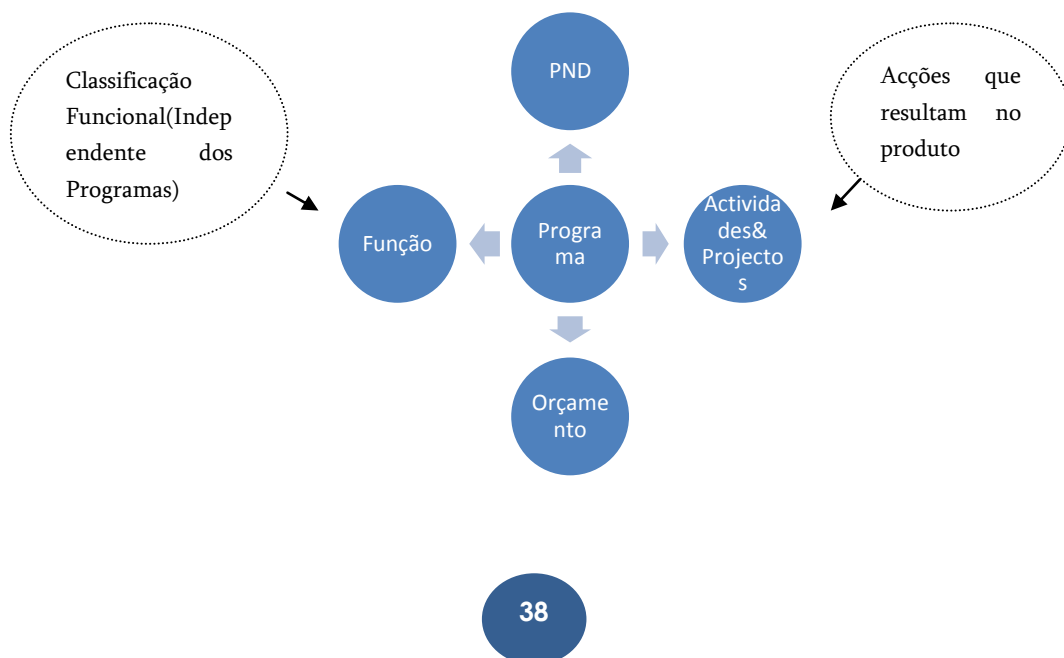
85. O orçamento por programa estabelece a governação por programas a partir de dois pressupostos: cobrança de resultados e realidade problematizada. Toda a acção do Executivo está identificada nos programas conforme PND, tendo em conta os problemas diagnosticados na sociedade. Assim, o programa torna-se no elo que garante efetivamente a integração do planeamento e o orçamento (conforme Fluxograma 2 e Ilustração 1).

Fluxograma 2: Encadeamento lógico entre planeamento e orçamento



86. Com esta metodologia, é criado um encadeamento lógico entre planeamento e orçamento uma vez que se inicia um processo a partir do qual são consideradas as necessidades da sociedade (**os problemas**) e definidas um conjunto de operações (**programas**) que serão desenvolvidas, tendo em conta os recursos disponíveis para gerar **produtos** específicos.

Ilustração 1: Estruturação do PND 2013-2017



## 4.2 Enquadramento Institucional

87. A presente proposta para o Orçamento Geral do Estado 2014 foi elaborada mediante a prévia auscultação dos Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais e Órgãos de Soberania, em obediência ao disposto no artigo 104.º da Constituição da República, no qual se define que o Orçamento Geral do Estado constitui o plano financeiro anual ou plurianual consolidado do Estado, devendo ser consentâneo com o planeamento nacional e obedecer ao princípio da transparência.

88. Para o processo de auscultação, tomou-se em conta que o Orçamento deve ser visto como instrumento de viabilização das opções de política económica do Executivo, transformando-o em instrumento efectivo de programação, de modo a possibilitar a implementação e a avaliação dos programas e acções.

89. Face a essas determinações, e tal como em anos anteriores, foram estabelecidos os limites de despesa a serem observados pelas Unidades Orçamentais, tomando-se como referência o OGE 2013 e a execução do OGE 2012, tendo sido ajustados durante o processo de elaboração das Propostas Orçamentais. Aos Órgãos Sectoriais do Sistema Orçamental assegurou-se a prerrogativa de proporem a distribuição desses limites entre as suas Unidades Orçamentais e Órgãos Dependentes, quer sejam da administração directa como da indirecta (Institutos Públicos e Fundos Autónomos), contemplando-os de acordo com as prioridades da política sectorial, incumbindo-lhes aprovar, em primeira instância, as propostas orçamentais das respectivas Unidades Orçamentais.

90. Ao Ministério das Finanças incumbiu avaliar e consolidar as Propostas Orçamentais dos Departamentos Ministeriais e Governos Provinciais, integrando-as, juntamente com a proposta orçamental dos Órgãos de Soberania, no Projecto do Orçamento Geral do Estado submetido ao Presidente da República.

### 4.2.1 Enquadramento Macroeconómico

91. O enquadramento macroeconómico da Proposta Orçamental orientou-se pelas definições estratégicas do PND 2013-2017, relativas aos objectivos para a variação dos Preços, do PIB e das RIL, tendo por base os pressupostos assumidos para a produção física e o preço do petróleo bruto, a taxa de câmbio, a massa monetária e o investimento directo estrangeiro (IDE).



92. O crescimento assumido para o PIB Global em termos reais (8,8% em 2014) mostra-se superior à taxa prevista pelo FMI para os países da África Subsaariana (5,9%) e para os países emergentes (5,4%), reflectindo uma perspectiva de crescimento mais acentuado do sector não-petrolífero (9,9%) comparativamente ao crescimento do sector petrolífero (6,5%), consentânea com o objectivo do planeamento nacional no sentido de se reduzir gradualmente a dependência económica do País ao sector petrolífero.

Tabela 9: Pressupostos utilizados na elaboração do OGE

	2012	2013	Premissas, Metas/Objectivos			
	Exc.	Prog.	2014	2015	2016	2017
Inflação (%)	9,0	9,0	7,0-9,0	7,0	7,0	7,0
Produção Petrolífera Anual	631,8	648,3	641,7	732,5	760,4	686,0
Média Diária Anual	1,73	1,78	1,76	2,01	2,08	1,88
Preço Médio de Exportação do Petróleo Bruto (US\$/barril)	111,6	100,5	98,0	92,0	89,9	89,4
Produto Interno Bruto						
Valor Nominal (Mil Milhões de KZ)	10.876,0	11.764,0	12.822,5	14.997,3	16.808,8	18.513,0
Taxa de Crescimento Real (%)	5,2	5,1	8,0	8,8	7,5	4,3
Sector Petrolífero	4,3	2,6	4,5	4,0	3,8	-9,8
Sector Não-Petrolífero	5,6	6,5	9,7	11,2	9,2	10,4
Saldo Primário Não Petrolífero (% PIB Não Petrolífero)	-55,5	-48,1	-45,1	-32,6	-28,2	-24,1
Stock de RIL (Mil Milhões de US\$)	32.241,5	30.632,3	33.736,6	47.764,5	50.571,5	53.890,5
Taxa de Câmbio	95,40	96,30	97,8	99,1	100,1	102,7
Taxa de Crescimento do M2	33,5	31,5	19,6	18,9	15,6	13,5
	-	-				
Investimento Director Líquido	1.119,78	1.652,30	1.239,01	-811,38	3.139,18	6.264,02

Fonte: PND e MPDT

93. Do lado do sector não-petrolífero, o prognóstico de crescimento decorre da perspectiva de aceleração da actividade económica e do desenvolvimento territorial, induzida pelos investimentos públicos na infra-estrutura económica e social, que têm garantido o relançamento da agricultura, da indústria e dos serviços, propiciando o aumento do emprego e a crescente substituição da importação dos bens básicos de consumo da população.

94. Do lado do sector petrolífero, projecta-se um preço médio do barril de petróleo bruto de USD 98,00 em 2014, superior aos USD 96,3 assumidos na proposta do OGE 2013, mas ainda conservador em relação aos preços médios reais apurados em 2011 (USD 110,10) e em 2012 (USD 111,60). Para além disso, espera-se que a eventual queda dos preços em 2014 não seja significativa, tendo em conta a gradual

recuperação das Economias Avançadas prevista pelo FMI (2,0% em 2014, contra 1,2% em 2013), conforme demonstrado no Gráfico 1: Desempenho da Economia Mundial (taxa de variação), prevendo-se que o preço médio do petróleo bruto das ramas Brent, Dubai *Fateh* e West Texas Intermediate (WTI) se situe em USD 101,35 por barril em 2014.

95. Deste modo, considerando que a produção petrolífera anual deve atingir os 655 milhões de barris de petróleo em 2014, reflecte o crescimento do PIB real do sector petrolífero em 6,5%.

#### 4.2.2 Política e Medidas de Política Orçamental

96. A Política Orçamental mantém na Proposta do OGE 2014 o compromisso com as melhores práticas internacionais de governação macroeconómica e gestão das finanças públicas, adaptando princípios consagrados de Transparência e Responsabilidade Fiscal, consubstanciados na observância de limites orçamentais estratégicos, para a preservação do equilíbrio fiscal e a prevenção de potenciais factores capazes de criar riscos ao alcance do resultado fiscal programado.

97. Assim, compreendendo que as finanças públicas nacionais continuam vulneráveis aos choques do sector petrolífero, os quais podem provir tanto da oscilação da produção, como – e sobretudo – da volatilidade do preço no mercado internacional, como medida prudencial, o Executivo continua a assumir um nível de preço conservador para a projecção da receita petrolífera no OGE, assim como a de constituição de Reservas do Tesouro Nacional das receitas excedentárias sobre o nível do preço assumido. Com isso, a despesa pública limita-se a um nível de receita previsível, não comprometendo assim a sua realização, e constituem-se poupanças para a estabilização da despesa em períodos em que a receita se mostrar aquém do nível previsível.

98. Entretanto, da necessidade decorrente do aumento da cobertura e da melhoria da qualidade dos serviços públicos, resulta pressão para o aumento da despesa pública. Assim é que o Executivo investe na melhoria do processo de planeamento e programação nos serviços públicos, de modo a assegurar a racionalidade da despesa pública.

99. Por outro lado, estão preconizadas medidas que visam a melhoria da eficiência e eficácia da despesa pública e prevenção e combate de práticas ilícitas, as quais incluem:

- a) Revisão do sistema de subsidiação das empresas públicas, nomeadamente as prestadoras de serviço de água e electricidade, com vista à sua redução, com a promoção da sua eficiência;
- b) Revisão do sistema de preços dos combustíveis derivados do petróleo bruto com vista a optimização da subvenção, mitigando o seu efeito sobre as classes vulneráveis;
- c) Implementação de um processo abrangente de cadastramento presencial, com dados biométricos, dos funcionários públicos e agentes administrativos, incluindo o pessoal da saúde, os professores, os policiais e os militares, reduzindo-se assim o risco de pessoal fantasma;
- d) Redução da afectação de recursos aos Fundos Públicos para níveis da efectiva capacidade de absorção pela economia;
- e) Condicionamento da execução dos projectos de investimento públicos à apresentação dos correspondentes cronogramas de execução física e financeira, sujeitos à revisões trimestrais;
- f) Sujeição do início da execução dos projectos de investimento públicos novos a:
  - i. Disporem do financiamento assegurado na fonte orçamentada;
  - ii. Terem os projectos executivos elaborados;
  - iii. Terem os contratos assinados e homologados nos níveis correspondentes; e
  - iv. Terem elaborados os cronogramas de execução física e financeira;
- g) Execução da despesa orçamentada com respeito com rigor, às Fontes de Recursos;
- h) Cativação dos créditos orçamentais das despesas orçamentadas cuja fonte de financiamento sejam o crédito interno e externo, enquanto os desembolsos correspondentes não estiverem garantidos; e
- i) Adopção de medidas de fiscalização e monitorização da despesa em Bens e Serviços, o que inclui a verificação da observância rigorosa a Lei da Contratação Pública e a realização de acções inspectivas que se certifique da realização do processo de Liquidação.

100. Nessa linha de orientação, foram respeitados, no que tange à expressão financeira das rubricas que integram a Proposta do OGE 2014, os seguintes pressupostos:

- a) A quantificação financeira das propostas orçamentais preliminares, elaboradas pelas Unidades Orçamentais e Órgãos Dependentes, foi feita sob a responsabilidade e supervisão dos respectivos Departamentos do Executivo e Governos Provinciais;
- b) As propostas dos Órgãos de Soberania são discutidas entre o Titular de cada Órgão e o Poder Executivo; e
- c) É vedada a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, sem o devido planeamento de efectivos e previsão da respectiva dotação orçamental, exceptuando-se a reposição decorrente de aposentação ou falecimento de funcionários públicos.

101.A plena aplicação do estabelecido pela Lei do OGE ao longo do ano fiscal de 2014 será um dos aspectos nos quais se centrarão a gestão financeira pública.

### 4.2.3 Fluxos Globais do Orçamento Geral Do Estado 2014

#### 4.2.3.1 Quadro Macro Fiscal

102.Os fluxos globais do OGE 2014 são apresentados no Quadro do Balanço Fiscal Macroeconómico 2012-2014, em valores absolutos e como percentagens do PIB. Nota-se que OGE 2014 tem Receitas Fiscais (exclui desembolsos de financiamentos e venda de activos) projectadas em cerca de Kz 4.744,8 mil milhões e Despesas (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em Kz 5.375,1 mil milhões, do que resulta num *deficit* fiscal de Kz 630,3 mil milhões (USD 6,43 mil milhões), equivalente a 4,9% do PIB.

103.A distribuição da receita por natureza económica revela que as receitas arrecadadas pelo sector petrolífero continuam predominantes (45,64%), por efeito da produção crescente e dos preços ainda favoráveis do petróleo, seguindo-se as receitas do sector não-petrolífero (16,90%) e dos financiamentos externos (14,27%):

Tabela 10: Balanço Fiscal Macroeconómico 2012-2014

Cód. PF	Descrição	Mil Milhões de Kwanzas Correntes				Porcentagem do PIB			
		2012 Exec.	2013 OGE	2013 Progr.	2014 OGE	2012 Exec.	2013 OGE	2013 Progr.	2014 OGE
<b>1</b>	<b>Receitas</b>	5.053,8	4.570,4	4.535,7	4.744,8	46,5	38,2	38,6	37,0
<b>1.1</b>	<b>Impostos</b>	4.875,9	4.400,9	4.364,7	4.539,9	44,4	36,8	37,1	35,4
<b>1.1.1</b>	<b>Petrolíferos</b>	4.102,7	3.281,8	3.448,2	3.313,1	37,7	27,5	29,3	25,8
1.1.1.1	Dos quais: Direitos da concessionária	2.800,1	2.390,8	2.272,5	2.504,6	25,7	20,0	19,3	19,5
<b>1.1.2</b>	<b>Não petrolíferos</b>	723,2	1.119,2	916,5	1.226,9	6,6	9,4	7,8	9,6
1.1.2.1	Impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital	324,7	496,9	463,2	527,2	3,0	4,2	3,9	4,1
1.1.2.2	Impostos sobre folha de salários e força de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.1.2.3	Impostos sobre propriedades	16,2	24,3	25,6	150,7	0,1	0,2	0,2	1,2
1.1.2.4	Impostos sobre bens e serviços	165,2	251,8	188,5	328,6	1,5	2,1	1,6	2,6
1.1.2.5	Impostos sobre transações e comércio internacional	111,3	216,8	118,7	165,2	1,0	1,8	1,0	1,3
1.1.2.6	Outros impostos	105,9	129,2	120,5	55,1	1,0	1,1	1,0	0,4
<b>1.2</b>	<b>Contribuições sociais</b>	106,6	72,4	72,4	165,3	1,0	0,6	0,6	1,3
<b>1.3</b>	<b>Doações</b>	1,6	0,1	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>1.4</b>	<b>Outras receitas</b>	119,8	97,0	97,0	39,5	1,1	0,8	0,8	0,3
<b>2</b>	<b>Despesa Total</b>	4.329,2	5.020,9	4.505,2	5.375,1	39,8	42,0	38,3	41,9
<b>2.1</b>	<b>Despesas correntes</b>	3.184,7	3.340,6	3.368,2	3.673,9	29,3	28,0	28,6	28,7
<b>2.1.1</b>	<b>Remuneração dos empregados</b>	1.031,0	1.296,2	1.203,0	1.369,3	9,5	10,8	10,2	10,7
2.1.1.1	Vencimentos	973,9	1.220,5	1.133,3	1.288,4	9,0	10,2	9,6	10,0
2.1.1.2	Contribuições sociais	57,1	75,7	69,7	81,0	0,5	0,6	0,6	0,6
<b>2.1.2</b>	<b>Bens e serviços</b>	1.296,6	1.155,6	1.479,8	1.430,7	11,9	9,7	12,6	11,2
2.1.2.1	Dos quais FIP		75,7		116,4				
<b>2.1.3</b>	<b>Juros</b>	105,5	64,8	92,6	127,6	1,0	0,5	0,8	1,0
2.1.3.1	Externos	36,8	37,6	50,4	59,1	0,3	0,3	0,4	0,5
2.1.3.2	Internos	68,7	27,2	42,3	68,5	0,6	0,2	0,4	0,5
<b>2.1.4</b>	<b>Transferências correntes</b>	751,5	824,1	592,8	746,4	6,9	6,9	5,0	5,8
2.1.4.1	Subsídios	548,2	577,0	352,9	536,5	5,0	4,8	3,0	4,2
2.1.4.2	Doações	2,1	0,1	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.1.4.3	Prestações sociais	154,4	181,0	172,4	101,7	1,4	1,5	1,5	0,8
2.1.4.4	Outras despesas	46,8	66,0	66,0	108,1	0,4	0,6	0,6	0,8
<b>2.2</b>	<b>Aquisição de activos não financeiros</b>	1.144,5	1.680,3	1.137,0	1.701,2	10,5	14,1	9,7	13,3
2.2.1	FIP	1.144,5	1.440,4	1.136,7	1.270,8	10,5	12,1	9,7	9,9
2.2.2	Outras	0,0	239,9	0,3	430,4	0,0	2,0	0,0	3,4
	<b>Saldo corrente sem doações</b>	1.867,0	1.229,7	1.165,9	1.070,8	17,2	10,3	9,9	8,4
	<b>Saldo corrente</b>	1.869,1	1.229,8	1.167,5	1.070,8	17,2	10,3	9,9	8,4
	<b>Saldo global sem doações</b>	722,5	-450,6	28,9	-630,3	6,6	-3,8	0,2	-4,9
	<b>Saldo global (compromisso)</b>	724,6	-450,5	30,5	-630,3	6,7	-3,8	0,3	-4,9
<b>3</b>	<b>Variação de atrasados</b>	289,0	0,0	-18,3	0,0	2,7	0,0	-0,2	0,0
	<b>Saldo Global (caixa)</b>	1.013,6	-450,5	12,1	-630,3	9,3	-3,8	0,1	-4,9
<b>4</b>	<b>Financiamento Líquido</b>	-1.013,6	450,5	-12,1	630,3	-9,3	3,8	-0,1	4,9
<b>4.1</b>	<b>Financiamento Interno (Líquido)</b>	-1.231,5	-145,4	336,9	-102,8	-11,3	-1,2	-2,9	0,8
<b>4.1.1</b>	<b>Bancos</b>	-431,6	288,9	-540,7	116,0	-4,0	2,4	-4,6	0,9
4.1.1.1	Banco central	-385,0	288,9	-434,4	116,0	-3,5	2,4	-3,7	0,9
4.1.1.1.1	Activos	-323,4	288,9	-436,9	116,0	-3,0	2,4	-3,7	0,9
4.1.1.1.1.1	Depósitos	-323,4	288,9	-436,9	116,0	-3,0	2,4	-3,7	0,9
4.1.1.1.1.2	Flutuação de valores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.1.1.2	Passivos	-61,7	0,0	2,5	0,0	-0,6	0,0	0,0	0,0
4.1.1.1.2.1	Crédito líquido obtido	-61,7	0,0	2,5	0,0	-0,6	0,0	0,0	0,0
4.1.1.2	Outras instituições financeiras	-46,5	0,0	-106,2	0,0	-0,4	0,0	-0,9	0,0
<b>4.1.2</b>	<b>Outros</b>	-799,9	-434,3	203,8	-218,8	-7,4	-3,6	1,7	-1,7
4.1.2.1	Activos	-385,3	-403,1	53,8	-326,0	-3,5	-3,4	0,5	-2,5
4.1.2.1.1	Activos financeiros distintos de acções	-319,2	0,0	91,1	0,0	-2,9	0,0	0,8	0,0
4.1.2.1.2	Empréstimos concedidos	-58,4	-17,4	-0,5	0,0	-0,5	-0,1	0,0	0,0
4.1.2.1.2.1	Desembolsos	-58,4	-17,4	-0,5	0,0	-0,5	-0,1	0,0	0,0
4.1.2.1.2.2	Amortizações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.1.3	Acções e outras participações	-7,7	-385,7	-36,8	-326,0	-0,1	-3,2	-0,3	-2,5
4.1.2.1.3.1	Aquisição	-8,3	-386,7	-37,5	-326,5	-0,1	-3,2	-0,3	-2,5
4.1.2.1.3.2	Venda	0,5	1,0	0,7	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.1.4	Reservas técnicas de seguro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.1.5	Derivados financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.1.6	Outras contas a receber	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.2	Passivos	-414,6	-31,2	149,9	107,1	-3,8	-0,3	1,3	0,8
4.1.2.2.1	Crédito líquido obtido	-414,6	-31,2	149,9	202,5	-3,8	-0,3	1,3	1,6
4.1.2.2.1.1	Desembolsos	395,1	1.000,3	887,4	1.361,3	3,6	8,4	7,5	10,6
4.1.2.2.1.1.1	Obrigações do Tesouro	254,7	441,0	594,6	670,4	2,3	3,7	5,1	5,2
4.1.2.2.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	139,4	0,0	292,8	0,0	1,3	0,0	2,5	0,0
4.1.2.2.1.1.3	Outros	1,0	559,3	0,0	690,9	0,0	4,7	0,0	5,4
4.1.2.2.1.2	Amortizações	-809,7	-1.031,6	-737,5	-1.158,8	-7,4	-8,6	-6,3	-9,0
4.1.2.2.1.2.1	Obrigações do Tesouro	-181,0	-472,3	-267,1	-467,9	-1,7	-4,0	-2,3	-3,6
4.1.2.2.1.2.2	Bilhetes do Tesouro	-275,5	0,0	-92,5	0,0	-2,5	0,0	-0,8	0,0
4.1.2.2.1.2.3	Outros	-353,2	-559,3	-377,8	-690,9	-3,2	-4,7	-3,2	-5,4
4.1.2.2.2	Acções e outras participações (só empresas públicas)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.2.3	Reservas técnicas de seguro	0,0	0,0	0,0	-95,3	0,0	0,0	0,0	-0,7
4.1.2.2.4	Derivados financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.2.5	Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.2.5.1	Atrasados de financiamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.1.2.2.5.2	Outros valores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>4.2</b>	<b>Financiamento Externo (Líquido)</b>	217,9	595,9	324,7	733,2	2,0	5,0	2,8	5,7
<b>4.2.1</b>	<b>Activos</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>4.2.2</b>	<b>Passivos</b>	217,9	595,9	324,7	733,2	2,0	5,0	2,8	5,7
4.2.2.1	Empréstimos líquidos recebidos	217,9	595,9	324,7	733,2	2,0	5,0	2,8	5,7
4.2.2.1.1	Desembolsos	383,5	774,9	576,1	1.035,9	3,5	6,5	4,9	8,1
4.2.2.1.1.1	Empréstimos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.1.2	Linhas de crédito	383,5	548,5	576,1	1.035,9	3,5	4,6	4,9	8,1
4.2.2.1.1.3	Projectos	0,0	226,4	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0
4.2.2.1.1.4	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.2	Amortizações	-165,6	-179,0	-251,4	-302,7	-1,5	-1,5	-2,1	-2,4
	<b>Discrepâncias</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	<b>Saldo Primário Não Petrolífero</b>	-3.272,5	-3.667,5	-3.325,1	-3.815,8				
	<b>Saldo Primário Não Petrolífero (% do PIB não petrolífero)</b>	-55,5	-50,0	-48,1	-45,1				
	<b>Saldo Primário Corrente Não Petrolífero</b>	-2.128,0	-1.987,2	-2.188,1	-2.114,7				
	<b>Saldo Primário Corrente Não Petrolífero (% do PIB não petrolífero)</b>	-36,1	-27,1	-31,7	-25,0				
	<b>Memorandos:</b>								
	Inflação (%)	9,0	9,0	9,0	7,0-9,0				
	Taxa de Câmbio Média (Kz/US\$)	95	96	96	98				
	Exportações de petróleo bruto (milhões de Barris)	631,8	673,6	648,3	655,0				
	Preço Médio do Petróleo bruto (US\$/barrel)	111,6	96,0	100,5	98,0				
	Produto Interno Bruto (mil milhões de Kz)	10.876,0	11.951,2	11.764,0	12.822,5				
	FIP petrolífero	4.981,0	4.609,1	4.850,7	4.361,6				
	FIP não petrolífero	5.895,0	7.342,1	6.913,3	8.460,9				
	Taxa de Cresc. Produto Real (% chg)	5,2	7,1	5,1	8,8				

104.A composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção, do emprego e do bem-estar da população, com a predominância dos dispêndios para fins de Investimentos (23,44%), Amortização da dívida (21,45%), Pessoal (18,87%); aquisição de Bens e Serviços (19,71%); Subsídios (10,28%) e com em contraposição às despesas de menor expressão como Outras Despesas (4,50%) e pagamento de juros (1,76%):

Gráfico 18: Composição da Receita do OGE 2014 (mil milhões de Kz)

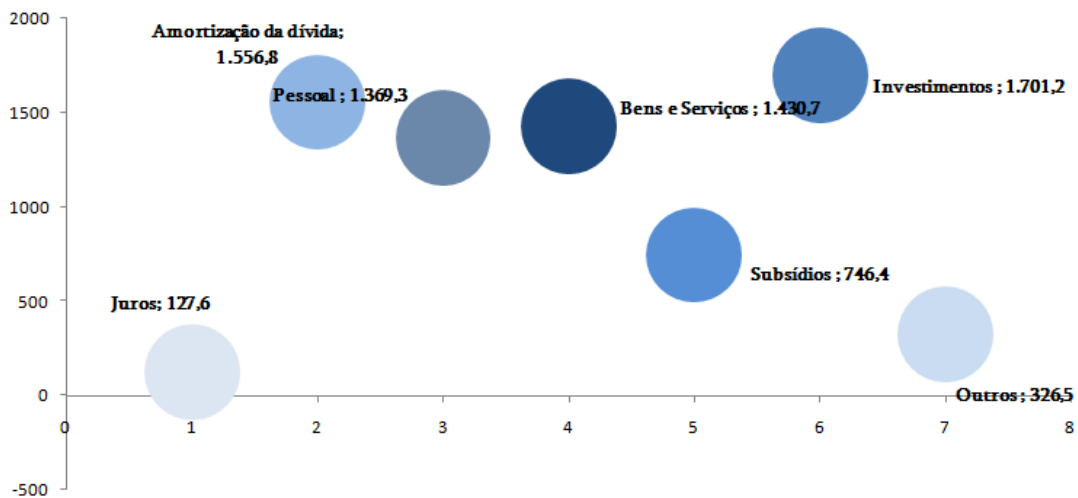
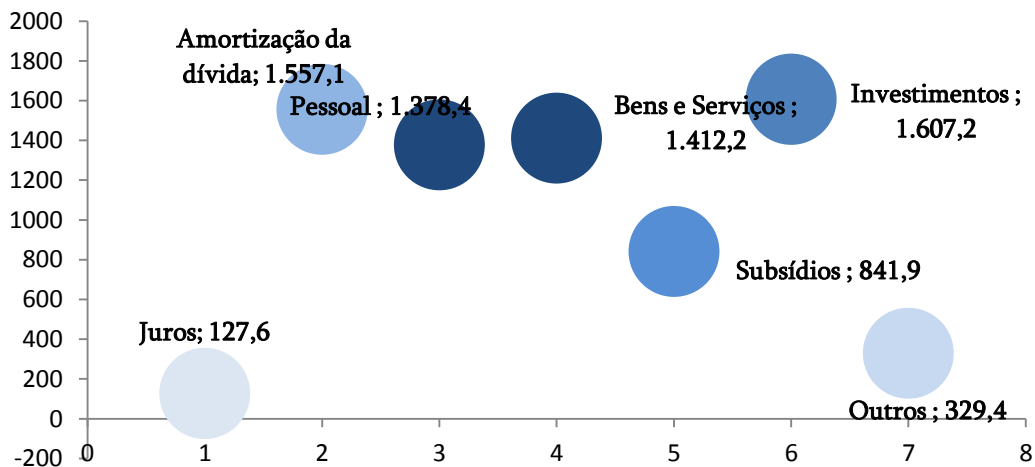


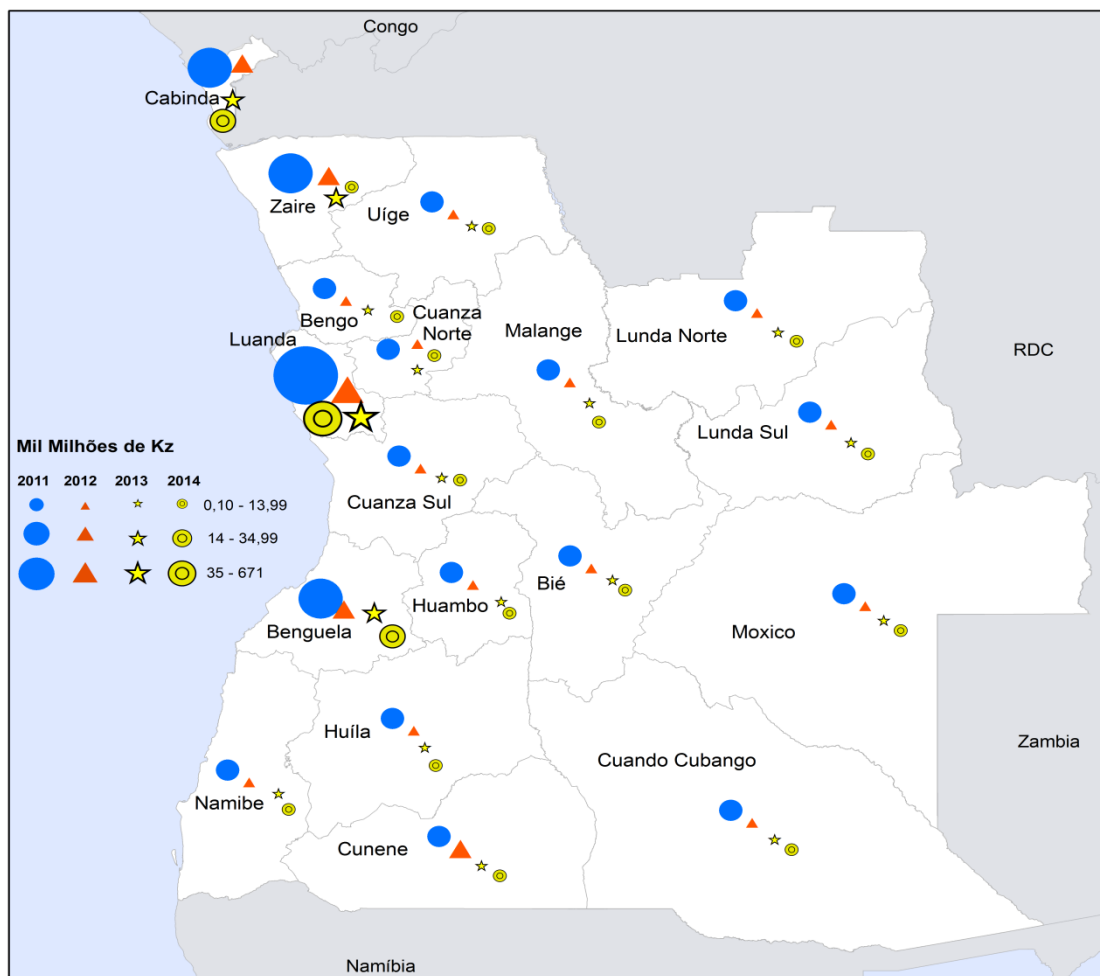
Gráfico 19: Composição da Despesa por função do OGE 2014 (mil milhões de Kz)



#### 4.2.4 Receitas e Despesa por Território

105. A promoção do desenvolvimento equilibrado do território é uma das metas que o PND 2013 -2017 visa materializar. A nível de arrecadação da receita por província nos últimos anos, destacam-se Luanda, Benguela, Cabinda e Zaire como as principais localizações de arrecadação de recursos para o Estado conforme ilustrado abaixo.

Ilustração 2: Receita por província

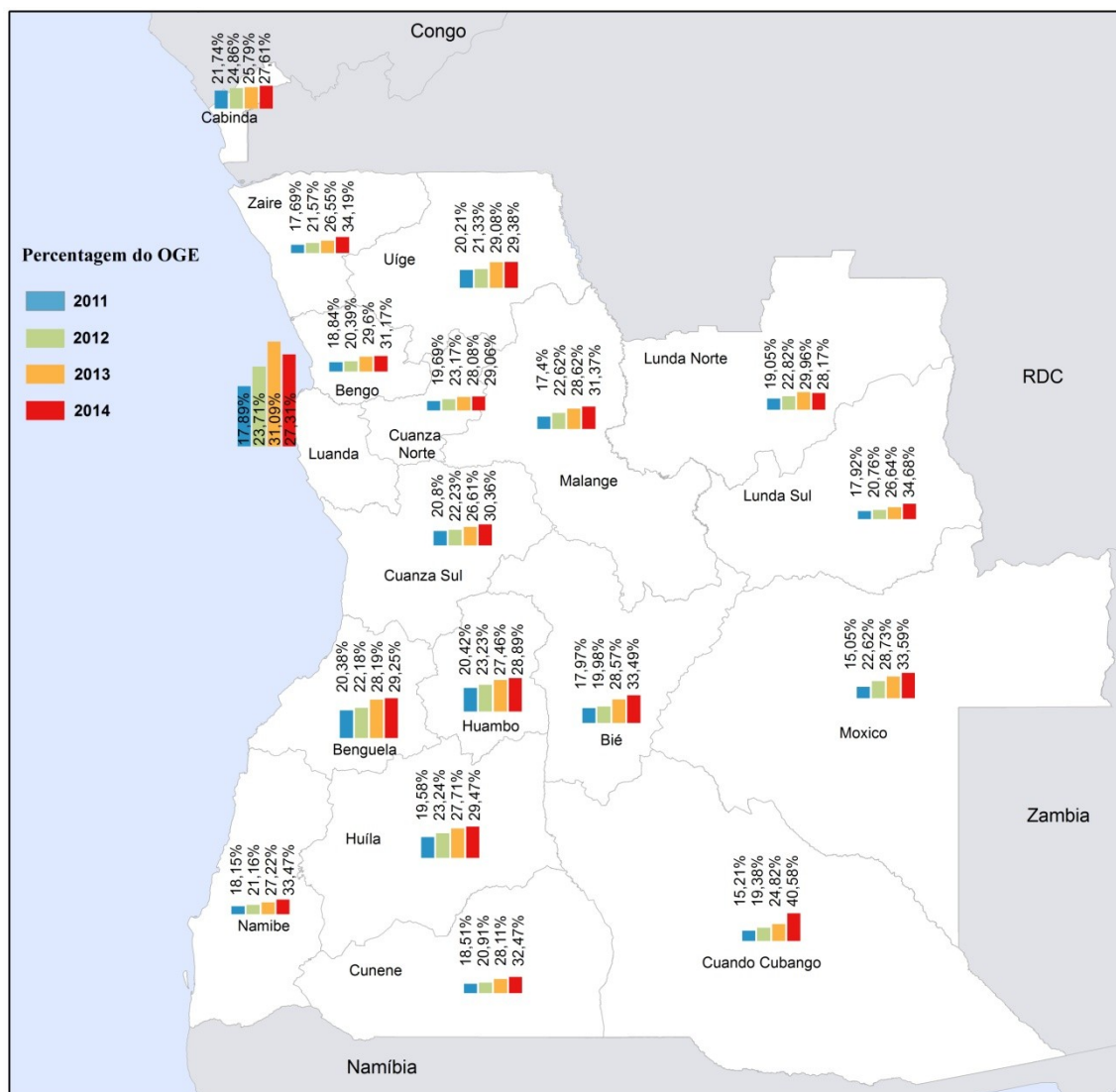


106. Por outro lado, a despesa por província está centrada maioritariamente na província de Luanda, porém para 2014 esta beneficiará de menos recursos do OGE de forma a alocar mais recursos às restantes províncias. Deste modo, observa-se um aumento tendencial de recursos disponíveis aos Órgãos Locais do Estado.

107. De acordo com o PND, as províncias mais a norte do País, nomeadamente: Cabinda, Zaire, Uíge, Kwanza Norte e Malange, tendem a afirmar-se como importantes pólos comerciais, industriais e petrolíferos. Por outro lado, nas províncias de Kwanza Sul, Benguela, Huambo, Huíla e Bié têm-se promovido o desenvolvimento urbano, a agricultura empresarial e o desenvolvimento industrial.

108. Relativamente a informação do orçamento por província, importa referir que não se encontra reflectido o orçamento na totalidade. Encontra-se aqui representado somente as despesas funcionais e por outro lado, foram excluídas as despesas e receitas da estrutura central do Estado.

Ilustração 3: Evolução da Despesa por província 2011 - 2014



#### 4.2.5 Orçamento-Programa

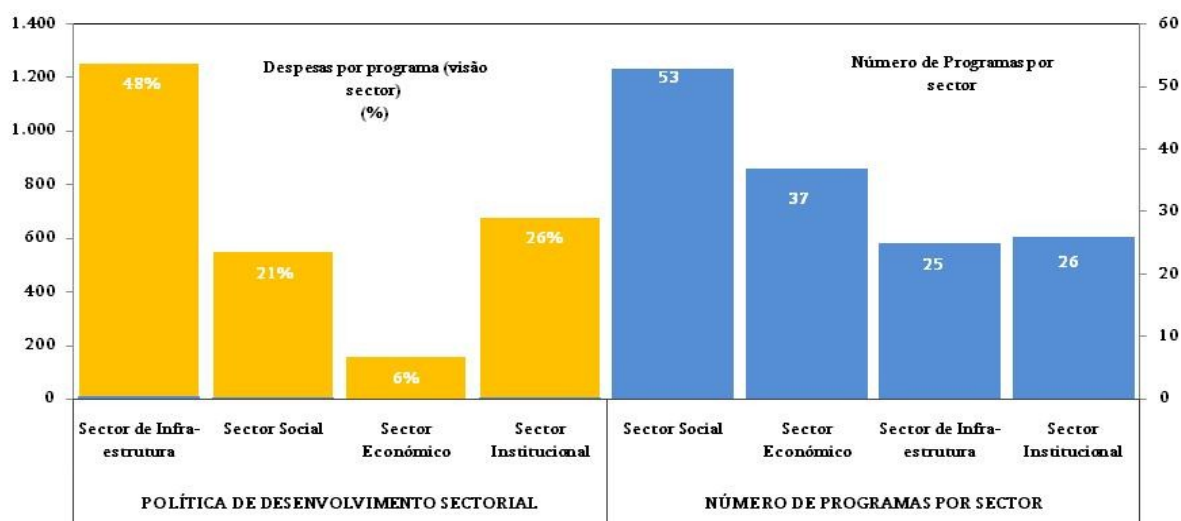
109. A adopção de um orçamento por programas visa acima de tudo reforçar a disciplina orçamental e conferir qualidade (eficiência e eficácia) à execução orçamental, dando grande foco aos resultados e, conseqüentemente, assegurar um desenrolar mais harmonioso do processo orçamental.



110. Para o exercício financeiro 2014, excluindo as despesas permanentes de funcionamento do Estado e as decorrentes da dívida, a repartição das despesas pelos programas articula-se em torno da política de desenvolvimento sectorial, conforme prevista no PND. Nesta perspectiva, para o ano financeiro em causa, esta política do PND está avaliada em Kz 2.636,17 mil milhões, estando a sua estrutura apresentada no gráfico abaixo numa dupla perspectiva (i) perspectiva sectorial e (ii) na perspectiva do número de programas por sectores que concorrem para a sua realização.

111. Assim, na óptica sectorial a realização da política de desenvolvimento sectorial conta com uma grande intervenção do Estado no domínio das infra-estruturas à qual ficou alocado 48% do Orçamento alocado aos programas do PND, seguido do sector social com 21%, sector económico com 6% e, por fim, o sector institucional com 26%. Por outro lado, a realização da política de desenvolvimento sectorial conta com a implementação neste exercício financeiro de um total de 141 programas, prevendo-se a realização de 53 e 37 programas nos sectores social e económico, respectivamente. A nível do sector de infra-estrutura, prevê-se a realização de 25 programas que visam melhorar a qualidade das nossas instituições públicas.

Gráfico 20: Política de Desenvolvimento Sectorial (Vista em Nº de Programas)



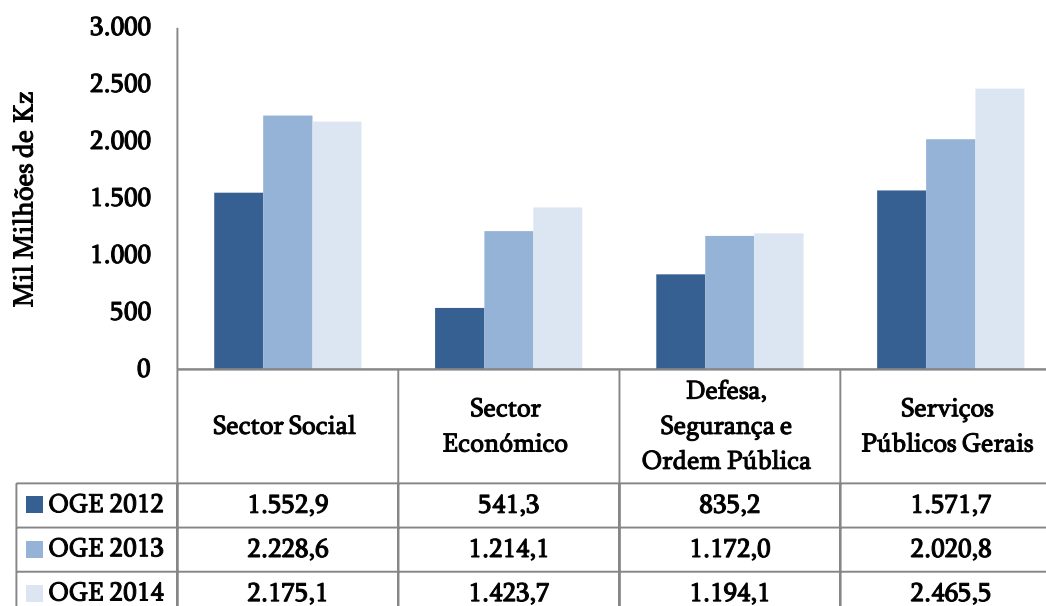
Fonte: MINFIN

#### 4.2.6 Despesas Funcionais

112. A distribuição funcional e programática da despesa prioriza a administração pública (33,97%), seguida do sector social que averba 29,97% dos recursos, sendo 6,17% para a Educação, 4,35% para a Saúde, 9,60% para Protecção Social, 7,88% para

a Habitação e 1,97% para outras despesas do sector. Os Assuntos Económicos (incluindo Transportes e Agricultura, entre outros sectores) consumiram 19,61% do OGE 2014 e a Defesa e Ordem Pública com aproximadamente 16,45%.

Gráfico 21: Composição Funcional da Despesa do OGE 2014



113.O peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

#### 4.2.7 Fluxos de Origens e Aplicações de Recursos

114. Em termos dos Fluxos de Origem e Aplicação dos Recursos, o OGE 2014 apresenta um montante total de Kz 7.258,38 mil milhões. A proposta orçamental deverá ser financiada em resultado das operações financeiras activas brutas apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 11: Financiamento e Plano Anual de Endividamento – OGE 2014

Descrição	Kz (Mil Milhões)	USD (Mil Milhões)
<b>Financiamento</b>	<b>2.397,13</b>	<b>24,46</b>
<b>Internos</b>	<b>1.361,28</b>	<b>13,89</b>
<i>Títulos</i>	<i>670,4</i>	<i>6,84</i>
<b>Desembolsos Externos</b>	<b>1.035,85</b>	<b>10,57</b>
<i>Empréstimos Financeiros</i>	<i>0,0</i>	<i>0,00</i>
<i>Linhas de Crédito e Projectos</i>	<i>1.035,85</i>	<i>10,57</i>

Fonte: MINFIN

115. Entretanto, as operações financeiras passivas brutas consideradas são as seguintes:

- Amortização da dívida interna: Kz 1.254,1 mil milhões (USD 12.827,4 milhões);
- Amortização da dívida externa: Kz 302,7 mil milhões (USD 3.096,4 milhões); e
- Outras aplicações financeiras: Kz 326,5 mil milhões (USD 3.339,1 milhões).

116. Tendo em conta essas operações, as projecções indicam um incremento do *stock* da dívida total do Executivo situando-se na ordem dos USD 43,21 mil milhões, equivalente a 32,9% do PIB.

117. Os fluxos de origens e aplicações dos recursos conformam-se nos limites fiscais comentados a seguir e que são pilares da Transparência e Responsabilidade Fiscal face à sua clara determinação nos artigos adiante citados na Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, Lei do OGE:

- a) A Despesa Total limita-se ao valor da Receita Total, expressando-se ambas em **Kz 7.258,38 mil milhões**, equivalentes a **56,60% do PIB** (item 1 do artigo 7.º);
- b) As Despesas Correntes, no valor de **Kz 3.673,9 mil milhões**, não ultrapassam as Receitas Correntes, no valor Kz 4.539,9 mil milhões (item 2 do artigo 7.º);
- c) As Necessidades de Financiamento estão a ser atendidas sem o recurso à emissão de moeda (item 3 do artigo 7.º);
- d) As Receitas abrangem todas as receitas públicas cuja titularidade é o Estado, bem como dos órgãos que deles dependem, inclusive as relativas a serviços e fundos autónomos, doações e operações de crédito, não se incluindo as operações de crédito por antecipação de receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no activo ou no passivo financeiro (itens 1, 3 e 4 do artigo 8.º);

- e) Deste modo, a dívida pública fundada, interna e externa, de curto, médio e longo prazos, não deverá ultrapassar, no final de 2014, o stock estimado do correspondente à 32,9% do PIB situando-se abaixo, do limite legal de 60% (item 3 do artigo 71.º).

118. Para além desses preceitos legais, estão a ser observados outros limites fiscais implícitos na estratégia macroeconómica definida para o crescimento sustentável da economia, na seguinte forma:

- a) Os juros da dívida pública (Kz 127,6 mil milhões) são cobertos folgadoamente pelo *superavit* primário de receitas correntes (Kz 4.539,9 mil milhões), evitando que se possam constituir num factor de indução do défice nominal nas contas públicas;
- b) As despesas com o pessoal (Kz 1.288,4 mil milhões) limitam-se a 28,4% das receitas correntes, não comprometendo, portanto, a capacidade de investimento dos Recursos Ordinários do Tesouro;
- c) Não há aumento de despesas com carácter de continuidade desprovido da cobertura de equivalente aumento de receitas com igual carácter de continuidade, garantindo-se desta forma a pontualidade dos pagamentos do Tesouro e, portanto, a observância de um dos pilares fundamentais da responsabilidade fiscal.

Tabela 12: Fluxos de Origens e Aplicações dos Recursos (Mil milhões de Kz)

N.º	Designação	2012	2013	2013	2014
		Exec.	OGE	Prog.	OGE
<b>I</b>	<b>ORIGENS (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)</b>	<b>6.156,8</b>	<b>6.635,6</b>	<b>6.093,5</b>	<b>7.258,4</b>
1.1	Receitas fiscais	5.053,8	4.570,4	4.535,7	4.744,8
1.1.1	Impostos	4.825,9	4.400,9	4.364,7	4.539,9
1.1.1.1	Petrolíferas	4.102,7	3.281,8	3.448,2	3.313,1
1.1.1.1.1	Dos quais: Receita da concessionária	2.800,1	2.390,8	2.272,5	2.504,6
1.1.1.2	Não petrolíferas	723,2	1.119,2	916,5	1.226,9
1.1.2	Contribuições	106,6	72,4	72,4	165,3
1.1.3	Doações	1,6	0,1	1,6	0,0
1.1.4	Outras receitas	119,8	97,0	97,0	39,5
1.2	Amortização de empréstimos concedidos	0,0	0,0	0,0	0,0
1.3	Venda de activos	0,5	1,0	0,7	0,5
1.4	Financiamentos	1.102,5	1.775,2	1.557,1	2.397,1
1.4.1	Internos	718,9	1.000,3	981,0	1.361,3
1.4.1.1	Títulos	394,1	441,0	887,4	670,4
1.4.1.2	Outros	324,8	559,3	93,6	690,9
1.4.2	Desembolsos externos	383,5	774,9	576,1	1.035,9
1.4.2.1	Empréstimos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0
1.4.2.2	Linhas de crédito e projectos	383,5	774,9	576,1	1.035,9
1.4.2.3	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0
1.5	Reservas do Tesouro	0,0	288,9	0,0	116,0
<b>II</b>	<b>APLICAÇÕES (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5+2.6+2.7+2.8)</b>	<b>6.156,8</b>	<b>6.635,6</b>	<b>6.093,5</b>	<b>7.258,4</b>
2.1	Remuneração dos empregados	1.031,0	1.296,2	1.203,0	1.369,3
2.1.1	Vencimentos	973,9	1.220,5	1.133,3	1.288,4
2.1.2	Contribuições sociais	57,1	75,7	69,7	81,0
2.2	Bens e serviços	1.296,6	1.155,6	1.479,8	1.430,7
2.3	Juros	105,5	64,8	92,6	127,6
2.3.1	Externos	36,8	37,6	50,4	59,1
2.3.2	Internos	68,7	27,2	42,3	68,5
2.4	Transferências	751,5	824,1	592,8	746,4
2.4.1	Subsídios	548,2	577,0	352,9	536,5
2.4.2	Doações	2,1	0,1	1,5	0,0
2.4.3	Prestações sociais	154,4	181,0	172,4	101,7
2.4.4	Outras	46,8	66,0	66,0	108,1
2.5	Aquisição de activos não financeiros (Inclui Investimentos)	1.144,5	1.680,3	1.137,0	1.701,2
2.6	Outras aplicações financeiras	385,8	404,1	38,0	326,5
2.6.1	Concessão de empréstimos	58,4	17,4	0,5	0,0
2.6.2	Outras aplicações	327,4	386,7	37,5	326,5
2.7	Amortização da dívida	1.037,0	1.210,5	1.025,7	1.556,8
2.7.1	Interna	871,4	1.031,6	774,3	1.254,1
2.7.1.1	Titulada	456,5	472,3	359,6	467,9
2.7.1.2	Outras	414,9	559,3	414,7	786,2
2.7.2	Externa	165,6	179,0	251,4	302,7
2.8	Reservas do Tesouro	404,8	0,0	524,7	0,0
<b>III</b>	<b>SALDO (I - II) (+: excesso de financiamento; -: gap de financiamento)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Fonte: MINFIN

119.O detalhe da Proposta do Orçamento Geral do Estado 2014 contém os seguintes documentos anexos:

- ANEXO 1 Resumo da Receita Por Natureza Económica;
- ANEXO 2 Resumo da Receita Por Fonte de Recursos;
- ANEXO 3 Resumo da Despesa Por Natureza Económica;
- ANEXO 4 Resumo da Despesa Por Função;
- ANEXO 5 Resumo da Despesa Por Local;
- ANEXO 6 Resumo do orçamento por Programa;
- ANEXO 7 Dotações Orçamentais Por Órgãos.

Luanda, 28 de Outubro de 2013